

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2018

Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito pelas nove horas e trinta e cinco minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Emanuel de Jesus Rocha Garcia, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, José Carlos Pontes dos Santos, José Fraga Ferreira Machado, Luísa Maria Vieira Aguiar, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rui Manuel Pacheco Lopes, Tânia Gil da Rocha, Valdeci Purim, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Guilherme Duarte Brasil, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Paulo Alexandre Silva Lima, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 15 de dezembro de 2017 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- **Constituição da direção do Grupo Municipal do PSD cujo presidente é o senhor Luís Rendeiro e o vice-presidente o senhor Luís Brasil.**
- **Da Assembleia Legislativa Regional, um texto com um Voto de Congratulação pelos 75 anos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.**
- **Da Câmara Municipal, a comunicação: “Benefícios Fiscais em Regime Contratual, Rodrigo Hintze - Compra e Venda de Imobiliário, Sociedade Unipessoal.” Um projeto de investimentos transformado em habitação localizado na rua Carreira dos Cavalos na freguesia da Sé.**
- **De dois munícipes, Manuel de Sousa Quadros e Maria Madalena Bettencourt, uma queixa respeitante ao excesso de ruído provocado por fogo-de-artifício.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não se registaram quaisquer intervenções respeitantes ao Período de Antes da Ordem do Dia.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de dezembro de 2017 a 18 de fevereiro de 2018, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara.

Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Senhor presidente, senhores membros da Assembleia, senhor vice-presidente e vereadores, muito bom dia.

No período a que se reporta este relatório, a atividade do município prosseguiu mais uma vez com toda a normalidade. Começando pela vertente dos investimentos em curso, está a aproximar-se do termo a construção dos parques de estacionamento ali junto ao tanque do azeite. Quanto às outras duas partes daquela obra, a ligação pedonal até ao Fanal está manifestamente adiantada a entrar na fase dos acabamentos enquanto se regista um atraso numa parte dessa obra que é o calcetamento daquela subida até à Casa da Roda. Em termos contratuais, o empreiteiro ainda tempo para terminar a obra mas eu preferia que aquilo já estivesse feito. Está-se a trabalhar rapidamente no sentido de se terminar aquele calcetamento que é essencial para o acesso ao referido parque de estacionamento que em breve estará em condições de ser utilizado.

Uma outra obra que está neste momento a acontecer, embora ainda não apareça do ponto de vista físico no local, é a proteção da orla costeira do Fanal. Os trabalhos estão na fase da preparação da pedra e do material que lá vai ser colocado e espera-se que comece a ser transportado no mês de abril. O transporte da pedra é uma questão preocupante porque vai decorrer durante bastante tempo com um impacto bastante sensível e nada positivo sobre o trânsito no troço compreendido entre a Silveira e o Fanal, em particular sobre os pavimentos.

Provavelmente aquele pavimento acabará por sofrer grandes danos dada a quantidade de pedra a transportar, razão pela qual se está também a preparar uma intervenção no pavimento logo que o transporte termine.

Está ainda a decorrer um outro conjunto de obras com algum peso neste quarteirão. A expansão do jardim está também a entrar na fase final e dentro de pouco tempo passaremos à fase do plantio de árvores e outras plantas.

A construção do Centro Interpretativo, também associada ao jardim apesar de formalmente se tratar de outra empreitada, está também a decorrer com toda a normalidade embora ainda estejamos muito longe do seu termo dada a complexidade e dimensão da obra.

As outras intervenções municipais estão a decorrer a bom ritmo sem nada de particularmente notável a assinalar. As outras duas obras com alguma dimensão são a intervenção da canada da Grotta do Vimeal com um conjunto de questões a resolver no que diz respeito à inserção da via, o que implica uma coordenação com a Secretaria das Obras Públicas. Aquela canada causa constrangimentos ao trânsito porque os carros saem muito em cima da rotunda no extremo do lado da cidade e numa zona de curva com visibilidade reduzida ao pé da fábrica de laticínios. Vai ser feita uma inserção com a construção de uma lágrima e uma zona de separação para reduzir a interferência do trânsito de um lado e do outro. Essa obra de alguma dimensão ainda vai demorar algum tempo apesar da parte hídrica que dizia respeito à contenção da ribeira já estar resolvida.

A obra envolve também a reconstrução dos canais de ligação da grotta que vem de cima onde surgem problemas cada vez que chove. Espero que tenha ficado definitivamente resolvido um problema crónico nessa zona em que as terras e pedras vinham por uma canada do lado da Nasce-água que foi asfaltada com a construção de uma nova passagem hidráulica para evitar as constantes inundações até à estrada naquela zona. Ficámos com essa parte resolvida e creio que foram aqui dados passos importantes do ponto de vista da segurança contra inundações.

Está a decorrer uma obra de alguma dimensão dos Serviços Municipalizados que envolve a separação das redes de esgotos para permitir que o esgoto da zona alta da cidade corra diretamente para a ETAR sem passar pela Praça Velha e pela estação elevatória do Pátio da Alfândega. Neste momento a parte mais visível da obra situa-se junto à praça de touros onde está a ser construída a câmara de junção das diversas redes para depois aproveitar a conduta que leva até à ETAR. Esta obra terá desenvolvimentos ao longo de todo este ano e uma parte do próximo.

Do ponto de vista da execução financeira as coisas estão a decorrer dentro do que era espetável e na próxima reunião desta Assembleia será apresentada a conta com uma informação mais detalhada.

Uma área que também merece alguma análise tem a ver com o pessoal. Desde há muitos anos que não temos tido tão pouca variação de pessoal como em 2017. O ano decorreu sem que houvesse uma única aposentação o que fez com que o terminássemos com o mesmo número de pessoas com que o iniciámos e desde então até agora tivemos apenas uma aposentação. Houve muita gente que pediu a sua aposentação por motivos de saúde e encontra-se com baixas alargadas mas os processos têm sido manifestamente lentos e arrastados por parte da Caixa Geral de Aposentações.

Isto tem algum impacto sobre as nossas contas e o funcionamento dos serviços. Na área dos trabalhadores de rua a idade média situa-se já acima dos 50 anos e estamos a ficar com uma força de trabalho manifestamente envelhecida em resultado também da maneira como cresceu porque estas pessoas entraram para os quadros da Câmara praticamente nos mesmos anos. Há uma certa homogeneidade de idades que nada ajuda do ponto de vista da gestão do pessoal e

esta será uma preocupação a ter em conta nos próximos anos já que em 2018 não se anteveem quaisquer variações notáveis na força de trabalho da Câmara.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, senhor presidente da Câmara e caríssimos vereadores. Tendo em conta que se poupou algum tempo no Período de Antes da Ordem do Dia, vou apelar à tolerância do senhor presidente da Assembleia para que possamos compensar neste período dedicado à atividade municipal.

Começo por abordar um tema que está na ordem do dia e a todos preocupa que é a contaminação de águas, solos e aquíferos da nossa ilha, um assunto que já tive a oportunidade de discutir com o senhor presidente da Câmara. Neste momento temos dois problemas que precisam de ser abordados de forma diferenciada e consciente. A contaminação em si deve ser monitorizada, acompanhada e avaliada, deve-se lutar para que os trabalhos de descontaminação sejam tão intensos, profundos e rápidos quanto possível e a ilha Terceira poderá ter um problema novo resultante da mediatização desta situação. Infelizmente, às vezes nada se faz sem que as questões sejam abordadas com seriedade e tornadas públicas através da comunicação social. Por outro lado, tendo em conta a economia da ilha Terceira e do concelho de Angra, é importante que, aquilo que poderá não passar de uma perceção, não nos crie um problema superior ao problema real.

Neste momento temos um canal noticioso de Leste com acesso a todas as agências noticiosas internacionais que fez uma reportagem a considerar a ilha Terceira um paraíso tóxico e teremos brevemente uma reportagem com o estilo jornalístico da TVI que poderá colocar em perigo a nossa agricultura e a nossa cadeia alimentar, o motor da nossa economia e a sustentabilidade do nosso turismo que depende do ambiente que as nossas ilhas têm para oferecer.

Chegou a altura de vermos o outro lado da abordagem às questões da contaminação que são as medidas que a ilha deve adotar para garantir que este problema ambiental não esteja a fazer perigar a saúde de quem cá vive, de quem nos visita ou de quem consome os nossos produtos, e se as águas do concelho da Praia da Vitória são devidamente analisadas, questionando-se os critérios, a periodicidade e os parâmetros de análise. Talvez seja a altura de começarem a ser criados mecanismos ao nível local e regional para garantir que o problema ambiental não se transforme num problema da economia, do turismo ou da cadeia alimentar de quem cá vive.

Uma outra questão que quero expor aqui tem a ver com os transportes e acessibilidades ao nosso concelho. Julgo que está na altura de a Câmara e o seu presidente começarem a tomar posições públicas um pouco mais firmes e duras relativamente aos transportes marítimos. A construção da rampa *ro-ro* e as obras no Porto das Pipas estão atrasadas desde há muito, mais uma vez foi anunciado o seu arranque para este ano, e sabemos que existe um navio da ATLANTICOLINE encalhado no porto da Madalena do Pico que vai prejudicar o funcionamento da Linha Lilás, aquela que serviria o concelho de Angra com ligação à Calheta de S. Jorge onde já está a ser construída a rampa *ro-ro*. Convém que o acidente daquele navio não atrase mais uma vez os trabalhos nas nossas infraestruturas porque, a ver pelos anúncios do Governo Regional, só haverá um navio novo daqui a mais de dois anos.

Ligando tudo isto, duas grandes obras irão ser feitas no nosso concelho, o ordenamento da orla marítima do Fanal e esses trabalhos no Porto das Pipas, tomando por verdadeiras as promessas dos nossos governantes que nem sempre se concretizam. Essas duas obras implicarão uma movimentação de veículos pesados com transporte de pedras que vão danificar vias muito importantes para o nosso concelho. Esperemos que a vibração provocada não afete também o património dos privados, por isso gostaria de saber da parte da Câmara que medidas de proteção e salvaguarda do interesse dos munícipes poderão ser postas em prática.

Na sessão anterior da Assembleia Municipal falámos do Parque Tecnológico da ilha Terceira, que se encontra praticamente concluído, e da sua ligação à *Startup*. Para além do grupo de

trabalho do professor Artur Machado e da professora Maria Dapkevicius, gostaria de saber que outras empresas ou projetos âncora terão sido captadas pelo município - sócio do TERINOV - e pela região para a criação de empregos, esperando-se que aquele polo venha a ser um foco de desenvolvimento.

Uma questão adicional tem a ver com o Monte Brasil e com o nosso turismo. A Câmara Municipal é uma das entidades responsáveis pelo ordenamento daquele espaço onde se encontra o Exército e os serviços florestais e o Governo Regional tem responsabilidades em termos de património.

Após reuniões tidas com as autoridades militares verificámos uma total abertura e disponibilidade por parte do Exército para colaborar com quaisquer entidades públicas na gestão, concessão, exploração turística e fruição daquele espaço por munícipes e turistas. As forças armadas não possuem a vocação de guias do património turístico cultural e precisam de um interlocutor como a Câmara Municipal, o museu de Angra, a Direção Regional da Cultura ou outra entidade qualquer. Por uma questão de proximidade e conhecimento das nossas realidades, o PSD entende que esse interlocutor privilegiado deverá ser uma entidade local como a Câmara Municipal de modo a que todos os espaços do Monte Brasil possam ser visitados desde o núcleo central até às muralhas a nascente e a ponte.

Um turista que vá ao Monte Brasil não encontra um sítio para comprar uma garrafa de água nem que ande lá a pé todo o dia. Porque não permitir a obtenção de receitas através de circuitos turísticos com guias turísticos lá a trabalhar? Um património destes deve ser colocado ao serviço do turismo para a geração de mais-valias consideráveis para o concelho. Muitos de nós já terão pago bom dinheiro para visitar menos e pior do que o que temos aqui à porta que deve ser convenientemente explorado.

Sr. presidente da Câmara – Consensualmente, todos consideramos estas questões muito importantes e merecedoras de um debate tão profundo quanto possível. Começando pelo que diz respeito à contaminação e descontaminação, de facto aconteceu aquilo que muitos de nós já prevíamos que era o saltar do tema para a ribalta das notícias e conseqüente entrada nos debates geoestratégicos. É preciso não esquecer que a televisão em causa pertence ao Estado russo, é utilizada para fins de propaganda um pouco por todo o mundo ocidental e, depois de entrar ali, a notícia rapidamente percorrerá todo o planeta. Já vi o texto em várias línguas e o assunto é verdadeiramente preocupante, provavelmente uma das situações mais perigosas dos últimos tempos para a nossa economia. É preciso estarmos conscientes do impacto e da gravidade do que está a acontecer e não é agora que se vai travar isto porque chegámos àquele ponto que muita gente temia. Várias vezes se disse aqui que isto iria acontecer e aconteceu mesmo.

Há dois aspetos que me parecem fundamentais. O primeiro é um esclarecimento por parte das entidades diretamente envolvidas no assunto e vou dizer aqui o que já disse em outros lugares: acho aberrante que uma entidade qualquer diga possuir um relatório sobre um assunto destes e o classifique de confidencial, secreto ou outra coisa qualquer porque não consigo perceber como é que as questões de segurança militar constam de um relatório que tem a ver com derrames de combustível e outras coisas do género.

Estas matérias deveriam ter merecido um tratamento bastante mais aberto e esta crise que agora estamos a viver resulta em boa parte da má condução deste processo nos últimos tempos. Lamento profundamente que isto tivesse acontecido e não se tivesse mantido uma postura de transparência e abertura em relação a estas matérias que desmistificasse o que está a acontecer.

Nos últimos cinco anos tenho tido conhecimento da evolução deste processo pela comunicação social e pelos contactos que ainda mantenho com pessoas que trabalham nesta área mas posso garantir-vos que tenho um conhecimento razoavelmente bom da situação, pelo menos de há cinco anos quando tinha esse dossiê na minha mão.

Que eu saiba, não existe ali nada que nos deva deixar aterrorizados além daquilo que é normal numa instalação que, durante quase oito décadas, serviu para manusear combustíveis numa situação militar sem grandes preocupações ambientais nem rigorosos controlos de segurança em períodos em que era preciso abastecer umas centenas de aviões por dia o mais depressa possível sem as cautelas necessárias. É óbvio que aconteceram muitos derrames, alguns com grandes dimensões, uma situação que não é diferente do que se passa em qualquer dos grandes aeroportos deste mundo ou, por exemplo, debaixo do Parque das Nações em Lisboa onde houve uma refinaria e também na Leça da Palmeira. É uma situação comum em todos os lugares onde se manuseou combustíveis nas últimas décadas num período em que as preocupações ambientais não eram as de hoje.

É verdade que há lamas de tanques que foram colocados onde não deviam e sou do tempo em que se ia às oficinas pedir óleo queimado para colocar na cana para não levantar poeira. Toda a gente achava que era uma excelente utilização para um produto desses e é com este passado que temos que lidar o mais racionalmente possível.

Há situações um pouco mais perigosas e difíceis de controlar que têm a ver com a utilização de aditivos de chumbo usados nas gasolinas. Os nossos carros também os tinham e faziam-se acertos de aditivos nos tanques de gasolina civis. São situações que aconteciam em todas as grandes instalações onde se manuseavam combustíveis. Partir daí para dizer que a nossa ilha é a ilha do cancro, do tóxico e pintar isto como uma espécie de Chernobyl do Atlântico é um exagero enorme mas, em boa parte, acabámos por dar o pau para as colheres, por não termos agido com a rapidez com que deveríamos, face a uma situação cujo desfecho se adivinhava há um par de anos.

Eu e todos os que estão nesta sala vivemos na mesma ilha, respiramos o mesmo ar, bebemos a mesma água, comemos a mesma comida e sabemos que a nossa segurança deve estar em primeiro lugar. Não há nada de excepcionalmente perigoso que nos deva preocupar mas temos que levar a sério esta situação que pode ter um impacto desastroso sobre os dois pilares da nossa economia que assenta na qualidade da agricultura. Dizer-se por aí que são produtos produzidos numa ilha toxica, não será a melhor forma de os vender. Vivemos num período em que o crescimento do turismo é o principal motor da economia e a apresentação de imagens como as que vimos nos últimos dias não é a melhor forma de trazer gente aqui.

Este problema afeta-nos a todos. Embora também os haja e não devem ser esquecidos, mais do que apontar culpados, o que importa é começar a trabalhar no esclarecimento desta questão que não está na agenda da Câmara de Angra porque somos apenas uma parte. Quem de direito, deve começar rapidamente a trabalhar e pode contar com a nossa total colaboração no sentido de se resolver estas questões e dissipar as nuvens negras que pairam no nosso horizonte.

Creio que todos nos devemos solidarizar em torno destas posições de contenção e respeito pela verdade e transparência deste processo. Subscrovo totalmente o que foi dito pelo senhor deputado Luís Rendeiro e agradeço a forma como ele trouxe aqui este problema que permitiu um esclarecimento por parte da Câmara.

Passando às questões problemáticas dos transportes e acessibilidades, tive a oportunidade de me encontrar com colegas presidentes de câmara e esta preocupação é transversal a todos. Os presidentes das câmaras municipais da ilha do Pico tiveram uma reunião com o Governo sobre esta matéria e espero que daí tenham saído os esclarecimentos adequados. Já manifestámos ao Governo a nossa preocupação em relação à Linha Lilás, a Câmara do Comércio de Angra também já o fez e esperamos que seja possível encontrar uma solução que, pelo menos, minimize os enormes inconvenientes que resultariam do desaparecimento desta linha.

O impacto do transporte de pedras vai ser grande, quer para uma obra quer para outra, mas não tanto nas vias municipais porque a Câmara só gere a parte terminal da via. É uma questão

preocupante mas as obras têm que ser feitas e terão que ser imediatamente seguidas da reposição e asfaltagem das vias que ficarem danificadas.

O troço entre a Silveira e o Fanal está a precisar de asfaltamento mas resolvemos adiar para depois da obra de requalificação do Fanal e pretendemos minimizar o tempo entre o final do transporte das pedras e a entrada do asfalto.

Quanto à obra do Porto das Pipas, o troço a percorrer é relativamente curto desde a rotunda dos touros até ao mar, as cargas a transportar não serão tantas como no Fanal e o troço terá também que ser intervencionado quando a obra acabar.

No que respeita ao TERINOV, temos também a preocupação de encontrar um conjunto de empresas e uma entidade maior que sirva de âncora ao funcionamento daquele espaço. Há várias intenções manifestadas, tanto quanto sei não há ainda nenhum contrato firme, mas vamos continuar a fazer esforços junto do Governo Regional.

Quanto ao Monte Brasil, tem havido uma grande proximidade na gestão e uma estreita colaboração entre a Câmara Municipal e o Exército. Neste momento há em curso uma iniciativa extremamente importante que vai ter o seu desenvolvimento já esta semana com a apresentação do primeiro relatório do estudo que se fez da situação da igreja de S. João Batista financiado pelo município. Esse estudo está pronto e foi feito por uma equipa da universidade de Coimbra que o virá apresentar creio que, na quinta-feira desta semana. A partir daí ficaremos em condições de fazer algumas obras naquela zona. A Direção Regional da Cultura tem participado neste processo coordenado pela Câmara que foi quem pagou a despesa.

Há um outro processo em curso no Monte Brasil relacionado com o Farol de Santo António. Houve a intenção por parte da Marinha de ceder aquela casa à Câmara mas tem havido algumas dificuldades relacionadas com o acesso ao local por causa da proximidade de paióis. O senhor comandante esteve aqui na Câmara na semana passada juntamente com o senhor diretor geral dos faróis e estamos a tentar encontrar uma solução adequada no sentido de coordenarmos as três entidades, a Câmara Municipal, o Exército e a Marinha de forma a permitir a acessibilidade à ponta do Monte Brasil que apresenta uma enorme vantagem do ponto de vista da visita. Uma das melhores vistas da cidade está ali e neste momento não é possível lá ir sem um acompanhamento militar, uma questão que esperamos resolver nos próximos meses.

Voltando um pouco atrás, diria que esta questão da contaminação/descontaminação deve merecer uma atenção e cuidados redobrados por parte de todos os atores políticos porque este pode ser um dos maiores tiros nos nossos pés de que há memória.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não vale a pena fazer de conta que não temos um problema ambiental efetivo na parte que é conhecida e que nos obriga a desconfiar que possa haver mais qualquer coisa. A guerra fria existiu assim como o papel estratégico da ilha Terceira, e a consciência ambiental do século XXI e do ano 2018 nada tem a ver com a falta de consciência ambiental dos anos 40, 50 ou 60 do século passado. Independentemente das considerações acerca de intenção ou incúria, a consciência ambiental de hoje é diferente da de outros tempos.

O que aqui temos com maior ou menor gravidade não se descontamina com um estalar de dedos. Há questões que poderão ser resolvidas, outras mitigadas e outras que precisarão de 400, 500 ou 600 anos até que se resolvam por si porque não há outra maneira de o fazer.

É incontornável que todos pugnemos para que sejam constantemente feitos estudos e uma constante monitorização porque temos que tomar conhecimento do que se está a passar e em que estado estão os nossos solos e aquíferos para que se mantenham os cuidados com a saúde e segurança das populações locais e dos visitantes e seja garantida a qualidade dos nossos produtos. Temos que possuir uma identificação muito clara dos locais de risco que deverão ter acesso condicionado ou interdito, o que neste momento não existe. Tem que haver uma gestão

do espaço porque há locais que estão objetivamente contaminados e sem qualquer tipo de impedimento que alguém para lá vá.

É preciso saber se há outras contaminações que não apenas as dos hidrocarbonetos. Sabemos que existe o risco de outro tipo de contaminações que devem ser corretamente estudadas com aparelhos calibrados e não se deve atirar coisas para o ar que não sejam verificadas no terreno porque não há nada pior do que uma má percepção. Há sítios onde as pessoas têm uma percepção de segurança sem um único polícia armado na rua e outros há onde, para se sentirem seguros, os cidadãos têm que ver os polícias armados. Com as questões ambientais é a mesma coisa.

É importante que se faça algo que não existe na Terceira ou nos Açores que é um estudo epidemiológico a sério. Pelas nossas relações familiares ou círculo de convivências, todos temos a percepção de muitas doenças crónicas e degenerativas nas nossas ilhas nas quais se incluem os cancros. Está tudo próximo de nós e é fácil ligar as coisas umas às outras.

Estamos a falar de questões com décadas de presença na nossa ilha. Também poderemos estar a assistir a uma evolução normal - ou não - da esperança da média de vida das populações que leva ao envelhecimento e ao aparecimento das doenças crónicas e a uma melhoria dos diagnósticos médicos feitos nas nossas unidades de saúde porque antigamente havia os malesinhos de nossa senhora que hoje têm nomes diferentes e são muito variados. Tem que se exigir a realização de estudos epidemiológicos, a identificação dos locais com a interdição de alguns - se for o caso - para que toda a gente possa distinguir os seguros dos menos seguros e se tenha uma noção de delimitação do problema. Para o concelho de Angra é extremamente sensível a zona do Cabrito pela sua importância na captação de água para o nosso consumo e para os animais de que vive a nossa economia.

A minha segunda questão tem de novo a ver com as obras de grande dimensão do concelho, senhor presidente. O senhor não disse o que acontece às habitações e aos bens privados que poderão sofrer danos com as vibrações provocadas por veículos pesados carregados com toneladas de calhaus a circularem várias vezes ao dia. Todos soubemos o que aconteceu ao piso da via rápida devido à circulação de veículos de grande dimensão quando foram feitas obras no porto da Praia da Vitória devido àquele grande temporal que ali exigiu uma grande intervenção. Vamos tê-los de novo a circular em zonas residenciais o que torna necessária a proteção de bens. Não quero falar do estudo de trânsito que já foi aqui esmiuçado, mas falta dar essas explicações.

Quanto ao Parque Tecnológico, ainda bem que temos ali uma infraestrutura daquela dimensão - e pior seria se não estivesse - mas, infelizmente, não temos um projeto ou uma empresa âncora como motor de toda aquela unidade, sabendo que o projeto de produção de radioisótopos migrou um bocadinho mais para oriente.

Sr. presidente da Câmara – Esse nunca foi um projeto âncora nem poderia sê-lo porque tinha viabilidade e não poderia nem deveria ser considerado como tal mas temos, de facto, a necessidade de empresas de grandes dimensões com conhecimento profundo na área da biotecnologia. Há um conjunto de pistas animadoras, veremos se se transformam em realidade.

Subscrevo inteiramente mais uma vez o que o senhor deputado referiu acerca da contaminação. Precisamos de resolver esta questão pela via da ciência, porque é também disso que se trata, e esclarecer o que há a esclarecer.

Quanto ao Cabrito, tenho razoáveis certezas que me permitem beber água sem qualquer restrição. Não tenho quaisquer dúvidas acerca da segurança da nossa água porque todas as questões foram devidamente analisadas em todas as vertentes e acho que não vale a pena andarmos para aqui na pontinha dos pés porque todos já perceberam que estamos a falar de contaminação radioativa. As palavras existem para serem usadas, devemos ter a coragem de

dizer o que temos a dizer, mas não conheço nenhum indício credível desse tipo de contaminação nesta ilha; pode existir mas não a conheço.

Nas imagens que, infelizmente estão a dar a volta ao mundo, sem nunca dizer e mostrar o aparelho é o mesmo que dizer e isso é fazer um péssimo serviço à nossa terra. Ver alguém a medir radioatividade suscita suspeitas e desconforto a qualquer pessoa que conheça o aparelho e cria-se aqui um problema. Tanto quanto sei tudo isto é perfeitamente descabido e fora do contexto e torna o assunto ainda mais grave.

No concelho de Angra, incluindo as questões da radioatividade, foi tudo medido na nossa água, não está aqui nada que nos possa causar qualquer preocupação e não estou a ver o que isso tenha a ver com o nosso presente ou futuro. Não vou falar de assuntos do concelho da Praia da Vitória porque não me dizem respeito mas sei que na água deles nada há que justifique essa preocupação. O Governo Regional é quem deve responder a isto porque tem a obrigação de gerir o nosso ambiente e espero que a questão seja rapidamente esclarecida.

Quanto ao transporte de inertes, a circulação das viaturas terá que ser feita a baixa velocidade como ditam as regras de segurança impostas a esse tipo de transporte. Não há qualquer expectativa que se venha causar problemas à casa de quem quer que seja porque temos um problema desses neste edifício da Câmara em que a passagem dos autocarros ali pela ladeira de S. Francisco se assemelha a um tremor de terra e o trânsito de autocarros dentro da cidade também precisa de uma solução. O transporte dos inertes seguirá todas as normas e espero que daí não resultem quaisquer responsabilidades. De qualquer maneira, existem os respetivos seguros mas espero que não seja necessário chamá-los ao assunto.

Sr. d. m. Luís Brasil – Muito bom dia senhor presidente da Mesa e respetivos membros, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caras e caros colegas deputados municipais. Gostaria de fazer um pequeno parêntesis a respeito desta questão da descontaminação.

Algumas informações obtidas ao longo dos últimos tempos revelam acima de tudo um facto muito preocupante estritamente do foro político porque os norte-americanos nunca negaram ações de descontaminação, limpeza, construção ou reparação do que quer que fosse e sempre deixaram rubricas em aberto nos seus orçamentos para o que fosse preciso. O que é mais ingrato e infeliz para uma ilha que, apesar de inserida numa região autónoma, pertence também a um Estado e a uma república com quem mantém uma relação formal e constitucional, é que essas recomendações e disponibilidades manifestadas pelos americanos perante as forças armadas portuguesas, tivessem caído em saco roto no governo da república do senhor engenheiro José.

Ainda mediante a informação da atividade municipal, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos fizesse o ponto da situação relativa às obras de recuperação das habitações sociais de S. Bento e da Carreirinha para sabermos o que está feito ou falta ainda fazer.

No que respeita à questão turística, no orçamento da Câmara para este ano temos 44 650,00 € de trabalho especializado e 19 700,00 € de consultadorias e projetos. Gostaria de saber também em que pé isto está e se estes 19 700,00 € são o valor total a pagar à universidade de Coimbra pelo estudo que foi aqui referido ou inclui outros estudos.

Gostaria também de saber qual foi o papel da Câmara na abertura de mais um estabelecimento de restauração e bebidas no Porto das Pipas, sabendo-se que aquela zona será alvo de uma grande intervenção e a alteração do local poderá inviabilizar o investimento deste empresário. Peço ao senhor presidente que nos explique o que está a ser feito pela Câmara, que tem competências legais para o efeito eventualmente em parceria com a Direção Regional do Ambiente, a respeito das queixas recorrentes dos ruídos noturnos provocados pela música alta

que afeta unidades hoteleiras da ilha Terceira na orla costeira sul e habitações particulares na zona do Corpo Santo.

Uma vez que teremos em breve a BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), gostaria que nos informasse o que a Câmara está a pensar fazer em termos de promoção turística do concelho nesse certame em parceria com a ART.

Por último, pergunto ao senhor presidente da Câmara se pode dar a esta Assembleia alguma ideia relativamente ao tempo médio de aprovação dos pedidos de licenciamento de alojamentos locais onde existe um *boom* de oferta e procura. Temos conhecimento que a Câmara tem recebido muitos pedidos desde 2017 mas também sabemos de algumas preocupações por parte de pequenos investidores nesta área relativas à demora dos processos.

Sr. presidente da Câmara – Começo por considerar perfeitamente desnecessário trazer para aqui essa questão do engenheiro e esse tipo de intervenção, até porque ela cai exatamente em cima de quem a faz ou do partido que representa. Não vou referir nomes mas, se bem me lembro, no período crítico desta matéria houve uma senhora secretária de Estado que até era de cá. Não vale a pena discutir isso porque não tenho procuração do Governo da República para o defender, creio que ele não precisa e devemos manter uma elevação que, infelizmente, aí não está. Veja-se a grande diferença entre a seriedade das intervenções do senhor deputado Luís Rendeiro - que volto a louvar e a agradecer pela forma como foram colocadas - e este tipo de comentários.

Quanto aos arranjos e pintura dos bairros, estas duas obras estão a decorrer com normalidade e existe também o objetivo de manter algumas destas casas em condições de serem colocadas no mercado quando se cumprirem os 15 anos de inalienabilidade.

As verbas questionadas pelo senhor deputado nada têm a ver com a universidade de Coimbra cujo estudo se situa nos investimentos da área da cultura e referem-se a um contrato feito com a universidade de Salzburgo na Áustria com vista a determinar a imagem da Terceira para quem nos vê a partir do mundo de língua alemã. O estudo já foi entregue e se algum dos senhores membros da Assembleia o quiser consultar, teremos muito gosto em mostrá-lo.

O senhor deputado tem toda a razão no que respeita à abertura de espaços no Porto das Pipas cuja situação também me deixa alguma perplexidade mas a participação da Câmara nesse processo foi nula. Como sabe, já não há licenciamento prévio para essas atividades e o negócio foi feito entre a «Portos dos Açores» e um privado. Também estranho a situação, partindo do princípio que dentro de alguns meses vai ser preciso voltar tudo atrás, mas nada sei sobre isso.

O ruído muito tem incomodado quem vive naquela zona com um impacto muito negativo sobre o hotel. Assembleia Municipal aprovou um regulamento que restringiu o uso daquele espaço e se calhar teremos que proceder a uma outra restrição porque talvez a existente não seja suficiente face aos problemas que têm surgido. A situação é recorrente, de vez em quando há um período de acalmia devido a alguma atuação mais dura mas lentamente voltamos ao mesmo. Já vamos em vários ciclos desta evolução, o período de tolerância está a chegar ao fim e vamos ter que tomar medidas mais difíceis em relação a estes bares.

Esta matéria foi também discutida na reunião do Conselho Municipal de Segurança que decorreu nesta mesma sala há relativamente poucos dias e onde se concluiu que é preciso uma nova abordagem a esta questão de natureza regulamentar porque neste momento é difícil provar se estão ou não a cumprir a lei. Cabe a esta Assembleia resolver isto e vai-se resolver.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara, caros colegas vereadores. Apesar de se tratar de uma matéria liderada pelo Governo Regional, que é a entidade com competência para a promoção turística direta, consideramos que a mesma deve ser abordada em primeiro lugar numa vertente regional e depois numa realidade de ilha, ou seja, através de uma aposta na promoção do destino ilha

Terceira, uma estratégia seguida em conjunto com a Câmara do Comércio e a ART que acabou por resultar no surgimento de uma plataforma que foi apresentada na última semana chamada «Explore Terceira».

Trata-se de uma visão conjunta com o município da Praia da Vitória visto que, nas últimas jornadas intermunicipais que realizámos, decidimos preparar uma estratégia de promoção turística focada na realidade ilha para implementar em 2019. Quem procura o destino Açores em primeira via escolhe depois a ilha a visitar. A Câmara tem trabalhado sobretudo na organização da oferta no sentido de criar uma divulgação mais organizada através de folhetos com informações dirigidas à visita da ilha dependendo do período de permanência.

Estamos a trabalhar também noutras vertentes desenvolvidas pelo Governo dos Açores com a publicação de artigos de promoção do nosso concelho em revistas da especialidade da área turística e através da realização de *press trips* com a mais-valia de levarmos o nome de Angra e da própria ilha às revistas da especialidade destinadas à procura turística.

Em reunião de Câmara foi discutida a participação do município na BTL no ano passado que não foi considerada uma mais-valia devido à forma como decorreu com a integração no Stand Açores cujo objetivo era a promoção da região em geral e não era possível a promoção específica do nosso concelho. Nesse sentido, este ano optámos por não participar autonomamente na BTL e pensar na possibilidade de programar essa participação em 2018 em conjunto com a Praia da Vitória com o objetivo de promover o destino ilha Terceira no seu global. Foi esta a decisão tomada para este ano embora marcaremos presença visto que serão ali apresentados alguns eventos de relevância para o concelho.

Sr. d. m. Délio Borges – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados, comunicação social aqui presente.

Gostaria de colocar três perguntinhas ao senhor presidente da Câmara começando pelas zonas balneares. Na última sessão da Assembleia Municipal falou-se na possibilidade de a Câmara Municipal não candidatar as zonas balneares à bandeira azul e pela informação que disponho as candidaturas são apresentadas até ao dia 28 de janeiro. Como esse dia já passou, talvez o senhor presidente nos possa informar da decisão da Câmara e da opção alternativa no caso de não ter sido apresentada a candidatura à bandeira azul.

Uma segunda questão está relacionada com os trabalhadores inseridos em programas ocupacionais cedidos às juntas de freguesia que, na sua maioria, não possuem quadros de pessoal ou a capacidade financeira para contratar. Tendo em conta que nos próximos meses haverá cessações de alguns destes programas ocupacionais, gostaria que também nos informasse das alternativas para o trabalho das juntas de freguesia nomeadamente na limpeza e embelezamento das nossas freguesias.

Em terceiro lugar, ainda em relação à promoção turística de que há pouco se falava e mais propriamente das Sanjoaninas, as comissões de todo o país estão a antecipar cada vez mais a divulgação das suas festas. As pessoas já sabem que as Sanjoaninas têm os seus desfiles, marchas e touradas mas existe também a componente do cartaz musical. Pelo facto de as pessoas anteciparem a marcação das suas férias, as comissões de festas procuram divulgar cada vez mais cedo os seus programas musicais à semelhança do que aconteceu, por exemplo, com a «Semana do Mar» na cidade da Horta e o Cais do Pico que já divulgaram os seus cartazes musicais enquanto as Sanjoaninas ainda não o fizeram.

Gostaria de saber se a Câmara está ciente da importância desta estratégia de antecipação e para quando a divulgação do cartaz musical para que as pessoas que nos pretendam visitar por altura das Sanjoaninas possam saber antecipadamente o que as espera.

Sr. presidente da Câmara – Por uma questão de coordenação, e porque do lado da Praia resolveram também fazê-lo, apresentámos a candidatura à bandeira azul mas volto a manifestar a minha falta de entusiasmo em relação a esta matéria. Preferia não ter apresentado candidatura nenhuma e fica aqui a promessa que, no dia do hastear, não vou hastear bandeiras azuis mas sim a da Câmara.

Que eu saiba, os programas ocupacionais como o PROSA e outros não vão cessar porque são mais ou menos permanentes por parte do Governo Regional. Enquanto esses programas existirem, as juntas de freguesia podem contar com a colaboração da Câmara no sentido de manterem ocupados os trabalhadores que entenderem e essa posição foi já comunicada aos senhores presidentes de junta. Nesta fase deu-se prioridade às juntas de freguesia mesmo em relação a trabalhadores que estavam na estrutura da Câmara. À medida que algumas juntas foram perdendo trabalhadores a Câmara transferiu algumas pessoas que estavam ao seu serviço. Será essa a postura a manter e a Câmara continuará a suportar a parte financeira enquanto houver programas ocupacionais que, infelizmente não desaparecerão de vez.

Em relação às Sanjoaninas, por indicação aqui do meu vizinho do lado, o senhor está convidado a vir cá à apresentação do cartaz no dia 5 de março.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal.

A minha intervenção é suscitada pelo debate que aqui foi feito acerca da contaminação e descontaminação da ilha Terceira. Não posso estar mais de acordo com o que aqui foi dito sobre esta matéria, mas o desenrolar das intervenções fez-me refletir. Como disse o senhor presidente da Câmara, não diria que todos contribuíram para que chegássemos a este ponto, mas sim uma boa parte de gente que tinha a obrigação de ter juízo e ser responsável. Houve quem tentasse a tempo fazer contravapor relativamente a esta matéria mas deixou-se embalar achando que disto se poderia tirar algum proveito político ou até partidário. Estamos numa situação verdadeiramente lamentável por culpa de muita gente.

Isto fez-me lembrar um pouco a crise das vacas loucas há uns anos. Enquanto os alemães que nos vendiam as vacas diziam que não tinham uma única vaca louca nos seus rebanhos, nós andávamos aqui que nem uns doidos à procura de uma vaca louca para dizer que também tínhamos vacas loucas na ilha Terceira. Mal comparando, esta é uma situação muito idêntica àquela que se passou e parece que fazemos gala e nos dá gozo referir estas coisas.

Como disse o senhor presidente da Câmara e o meu colega Luís Rendeiro, chegámos a uma situação complicada devido à má condução deste processo mas não podemos ficar por aqui e temos que fazer alguma coisa. Percebo a limitação da própria Câmara dada a sua área de intervenção mas apelo às duas autarquias da ilha, aos deputados eleitos por esta terra e ao Governo Regional para que este assunto não continue na ordem do dia sem que haja contraditório.

Isto continua a passar sem que ninguém diga nada em sentido contrário. As câmaras municipais têm que fazer uma conferência de imprensa o mais rápido possível e o Governo Regional deve vir para o terreno através do departamento respetivo para não deixar que isto cresça mais. O senhor presidente da Câmara referiu que tudo isto se deveu à má condução de todo este processo - o que subscrevo integralmente - mas temos que passar a conduzi-lo de forma diferente senão o resultado será cada vez pior.

Apelo ao senhor presidente da Câmara e ao senhor presidente da Assembleia Municipal no sentido de uma conjugação de esforços para que, em nome de ambos os concelhos e da ilha Terceira, façamos alguma coisa para que se saiba que isto não é a Chernobyl do Atlântico e a situação está perfeitamente controlada. Têm sido feitas referências sem a mínima habilitação ou

conhecimentos a respeito destas matérias e as pessoas falam do que não sabem sem a noção da gravidade das afirmações que proferem.

Senhor presidente, através da sua liderança na Câmara Municipal, peço-lhe que se encontre alguma forma de podermos ir também para o terreno contrariar a má informação e os prejuízos que esta situação pode acarretar para a nossa terra.

Sr. presidente da Câmara – Subscribo inteiramente a intervenção que acabamos de ouvir. Ao nível das responsabilidades que cada um de nós tem na condução das coisas públicas desta ilha, temos que intervir e, mais do que isso, está na altura de se encontrar um consenso político maior porque ninguém ganha com isto e todos perdemos. Esta deve ser uma questão supra partidária e devemos unir-nos em torno do essencial esclarecimento das coisas e restaurar a confiança das pessoas na água que bebem e no ar que respiram.

Sr. presidente da Mesa – A informação vinculada nos últimos tempos por alguns agentes patológicos indica claramente que se trata de informações gratuitas que não correspondem de todo à verdade. Em complemento à intervenção do senhor deputado Joaquim Ponte e melhor do que ficarmos pelo «diz que disse», é minha intenção agendar tão rápido quanto possível uma reunião entre os membros da Mesa e da conferência de líderes com o objetivo de visitarmos o Instituto de Oncologia e aí recolhermos informações corretas sobre o que efetivamente se passa na nossa ilha e na região. Trata-se de uma instituição que tem a sede aqui mas funciona como organismo coordenador de toda essa área a nível regional.

Na qualidade de vice-presidente, colocarei a questão ao senhor presidente do Conselho de Ilha a respeito da necessidade absoluta e urgente de convocar a reunião do Conselho para o debate desta temática.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores. Quanto ao ruído que aqui se falou, penso que uma maior fiscalização permitiria mais flexibilização nas restrições e é importante que as entidades responsáveis desenvolvam melhores ações de fiscalização e acompanhamento. Assim, ultrapassadas as situações como o consumo de álcool por menores, talvez os problemas de ruído e outros fossem também ultrapassados.

Ainda bem que a Câmara, mesmo contrariada, acabou por candidatar as praias do concelho à bandeira azul e felicito-a por isso. À semelhança dos *ratings* das agências de notação financeira, independentemente de gostarmos deste tipo de galardões ou de os considerarmos adequados, eles acabam por se revelar importantes em termos de algumas decisões a tomar.

No que respeita à circulação das viaturas pesadas, quanto melhor for o pavimento, menor será o ruído e as trepidações. Há alguns anos ouvia-se as chapas das carrinhas a chocalharem nas estradas em calçada e agora o único ruído que se ouve nas estradas de alcatrão são as pancadas nas tampas de esgoto que continuam a ser mal colocadas nas faixas de circulação, uma guerra e uma preocupação da Câmara que também partilhamos.

Ainda a respeito da contaminação/descontaminação da ilha, a consciência já está levantada, talvez de forma excessiva, e concordo com todas as apreciações aqui feitas sobre a necessidade de algum contraditório e cautela na imagem que passa para fora porque seremos sempre os prejudicados pela divulgação de informações incorretas com ou sem contaminação.

Há poucos dias foi concluída pela Câmara uma obra em frente à sede da junta de freguesia da Sé onde se procedeu ao alargamento dos passeios com a conseqüente redução de um ou dois lugares de estacionamento. Gostaria de saber se a empresa concessionária dos parquímetros reclamou e pôs algum processo em tribunal ou se a Câmara só tem chatices mediante as propostas do CDS-PP relativas aos parquímetros.

Sr. presidente da Câmara – Acho que é mesmo uma embirração com o CDS.

Sr. d. m. João Santos – Bom dia senhor presidente da Assembleia e Mesa, senhor presidente e Exma. Câmara, caros colegas deputados municipais. Não poderíamos estar mais de acordo com as intervenções dos senhores deputados Luís Rendeiro e Joaquim Ponte e pouco mais há a acrescentar sobre esta matéria. No entanto, repudiamos e não nos revemos nesta intervenção do senhor deputado Luís Brasil que não nos deixa indiferentes. É preciso não esquecer que é também por causa de intervenções desta natureza, forma e espírito, que hoje a ilha Terceira dá a volta ao mundo com a imagem que tem. Espero que nos poupemos a isso e que o senhor deputado ouça as intervenções dos seus colegas de bancada porque é importante que afinemos todos pelo mesmo diapasão para a salvaguarda dos interesses da ilha Terceira em vez de continuarmos a bater na mesma tecla e a prejudicar a nossa imagem como temos feito até agora.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Senhor presidente da Mesa, Exma. Câmara, caros colegas, muito bom dia a todos. Há de facto uma responsabilidade transversal no que está a sair agora na comunicação social porque, de alguma maneira, as coisas foram mal conduzidas para que isto terminasse assim e lembro as palavras do senhor presidente da Câmara numa sessão desta Assembleia a levantar esse medo, o que acabou por acontecer.

Depois das proporções que isto tomou, não sei se alguma intervenção a curto prazo terá impacto positivo para que se divulgue a Terceira como um paraíso cultural e não tóxico. Esta é uma responsabilidade transversal a nível nacional, dos próprios intervenientes desta ilha, desta Assembleia e da comunicação social.

Perante o que foi dito pelo senhor vereador Guido Teles e uma vez que consta dos destaques da atividade municipal, pergunto se o carnaval da ilha Terceira é divulgado para um turismo regional ou nacional e gostaria de saber quem teve a responsabilidade dessa promoção no espaço do aeroporto onde a apresentação dos textos das nossas cantigas e dos nossos trajés é de uma pobreza que não comento.

As nossas cantigas, que tão bem musicadas são nos nossos salões, estavam pobremente apresentadas em folhas A4 que, em vez de prestigiar, demoviam qualquer turista de cá ficar, de voltar ou até de ter alguma curiosidade em conhecer. Gostaria de saber quem teve a responsabilidade naquele tipo de promoção e espero que no próximo ano tudo aquilo que fazemos e muito bem seja devidamente divulgado porque a nossa cultura em nada sai dignificada pela forma paupérrima como ali se apresenta.

Quero corroborar também o interesse e o potencial do Monte Brasil que possui alguns percursos pedestres que particularizam o monte da vigia que tem lá uma informação muito rica sobre o ponto estratégico que foi aquele pico. No entanto, não ferindo os poderes nem chegando sequer à intervenção militar, há pequenos aspetos naquele cartaz que poderão ser melhorados para tornar mais atrativo o que existe na nossa terra. Penso que não existe sequer um texto em inglês e o monumento encontra-se muito degradado, todo ferrugento e pouco apelativo à vista para que se perceba a importância estratégica daquele pico noutros tempos.

Tendo-se terminado a consulta pública naquilo que foi a divulgação do Governo Regional na estratégia de combate à pobreza e exclusão social, pergunto à Câmara Municipal que contributos e projetos foram apresentados e que recursos disponibilizou para os polos locais de desenvolvimento numa estratégia que se quer implementar e reforçar ao nível concelhio e regional.

Sr. vereador Guido Teles – Desconhecendo o responsável pela promoção do carnaval no aeroporto, mas supondo que esteja relacionado com a ART (Associação Regional de Turismo), entidade que tem desenvolvido alguma promoção turística do carnaval terceirense nos últimos anos, este não tem sido encarado pela Câmara como um produto estratégico prioritário de promoção turística no exterior, por se tratar de uma manifestação popular com características endógenas muito próprias.

O trilho pedestre que referiu é mantido pelos serviços florestais que estão na dependência do Governo Regional. Tinha conhecimento dessa ocorrência que já foi comunicada e, tanto quanto sei, serão feitas intervenções para corrigir essa situação.

Sr. presidente da Câmara – Quanto à estratégia de combate à pobreza e exclusão social, a Câmara foi ouvida como todas as outras entidades. Não tivemos qualquer participação relevante na sua organização porque aquilo está muito focado sobre a ação do próprio Governo, embora todos acabemos por ser parceiros. A contribuição da Câmara para essas estratégias insere-se em dois eixos relevantes e o primeiro tem a ver com a habitação visto que, a seguir ao Governo Regional, somos o maior operador no âmbito da habitação social que está na raiz de parte do fenómeno da pobreza.

A Câmara possui 436 casas e algumas poderão ser alienadas a partir de meados deste ano como forma de incentivo já que uma boa forma de fazer quebrar ciclos de pobreza é fazer com que as pessoas possuam algum património e sejam donos das suas próprias casas. Essa norma está prevista no orçamento em vigor e tomaremos as medidas necessárias quando chegar a data em que a venda seja possível.

Uma outra área de intervenção extremamente relevante por parte da Câmara é o setor da ocupação onde temos ainda um número razoável de trabalhadores ocupados. Além do contributo no trabalho que vai desenvolvendo, esperamos que esse pessoal vá tendo também alguma melhoria na sua empregabilidade.

Tem sido feito um enorme trabalho também na área da habitação degradada em colaboração com as juntas de freguesia com um papel relevante na melhoria das condições de habitação particularmente dos mais idosos que possuem as casas mais degradadas nas freguesias.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Vemos um número cada vez maior de estrangeiros a circular nas nossas estradas em época baixa e o conseqüente aumento da procura por veículos de aluguer, serviços e locais de visitaçao. Para além da importância da situação do Monte Brasil já aqui referida há outras preocupações que devem merecer a atenção do município por responsabilidade direta das suas competências ou pela sua capacidade de pressionar, interferir ou reivindicar junto da tutela regional quando necessário.

Começando pelo mais simples e pela promoção feita no aeroporto aqui referida pela deputada Isabel Berbereia, relembro que no mandato da presidente Andreia Cardoso foi adquirido um chamado tapete interativo para colocar no aeroporto que custou uma pipa de massa - dez mil euros ou mais - e não funciona ou nunca funcionou. Tratava-se de um aparelho preso ao teto a projetar imagens para o chão para os turistas passarem por cima mas não se conhecem conteúdos de jeito e são poucos os dias em que aquilo esteja a funcionar, por isso pergunto se a Câmara ainda é dona desse instrumento, se lhe faz a manutenção e para que serve porque, se for vendido para sucata, talvez ainda tenha algum valor residual.

Sr. presidente da Câmara – Entrou na obsolescência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Entrou na obsolescência provavelmente no dia em que foi comprado porque aquilo nunca funcionou.

Preocupa-me o facto de existir uma promoção turística diferenciada na porta de entrada da ilha que é a aerogare civil das Lajes. O concelho da Praia faz uma promoção própria num ecrã de TV com um vídeo a passar em contínuo e não existe uma articulação entre ambos os concelhos que resulte numa divulgação ao nível de ilha porque o turista não vem cá visitar apenas um concelho. Parece-me haver alguma fragmentação por parte do concelho vizinho que, nos tempos que correm, resulta num tipo de visão pouco adequada no que respeita à promoção turística.

Sabendo que foi aprovada uma proposta de alteração ao orçamento regional para recuperação e embelezamento do miradouro da serra de Santa Bárbara que é um dos mais visitados da ilha, gostaria de saber em que medida a Câmara, através das suas competências da rede de estradas, da visitação e dos conteúdos ou com base na informação, poderá contribuir para o melhoramento daquele que é o ponto mais alto da ilha Terceira com enorme interesse em termos paisagísticos, ambientais, etc., para que não seja apenas um parque de sucata com um conjunto de infraestruturas de telecomunicações degradadas.

Tem havido também alguma preocupação com o Algar do Carvão, um dos locais mais visitados da nossa ilha que neste momento enfrenta alguns problemas devido à pressão causada pelo número de visitantes e precisa de uma estrutura anexa que poderá ser chamada de Centro Interpretativo ou outra coisa qualquer.

Tenho sido crítico a respeito de alguns centros interpretativos e da sua menor necessidade devido à falta de conteúdos mas parece-me que no caso do Algar do Carvão se justifica perfeitamente uma estrutura como veio de transmissão de toda a informação necessária ao turista, diminuindo assim o seu tempo de permanência naquele espaço para evitar danos nos seus frágeis ecossistemas e que os guias turísticos transmitam a informação no local aos berros e de forma desordenada. Não sei em que medida a Câmara poderá desempenhar um papel na criação desta infraestrutura.

Estamos em época de inverno mas é agora que se deve proceder aos trabalhos de manutenção e melhoramento das zonas balneares pelo menos ao nível das instalações sanitárias e em algumas infraestruturas de apoio porque o mar ainda poderá causar alguns danos nos solários. Por outro lado, verificamos que se tem optado pelas zonas balneares de maior dimensão com grande ocupação de espaço, impacto na orla costeira, maior necessidade de parques de estacionamento e infraestruturas de apoio muito caras para adquirir e manter que obrigam a um número exageradamente grande de pessoas no mesmo local.

Sei que está prevista uma zona balnear na zona do Fanal mas quando foi decidida a construção da estação de tratamento de águas residuais na Grotta do Vale, era suposto que toda a costa poente desde o Monte Brasil até S. Mateus pudesse ser utilizada para uma fruição diferente daquela que é permitida onde existe uma estação de tratamento.

A costa entre a Silveira e S. Mateus é baixa e com fáceis acessibilidades o que nos permite copiar um pouco o que tem sido feito na ilha do Pico ao nível da facilidade de acesso ao mar com pequenas zonas de banho muito apreciadas pelos locais e pelos turistas devido ao sossego, apesar da consciência dos riscos pelo facto de não possuírem nadadores salvadores.

Temos uma enorme riqueza por explorar. Apesar de maiores custos ao nível da acessibilidade, a Poça da Areia em S. Bartolomeu é uma zona bonita que poderá também ser melhorada. Se queremos turistas, devemos proporcionar-lhes bonitos locais a visitar, coisas para fazer e ter produtos para lhes vender.

Falamos das coisas da cultura como bem referiu a deputada Isabel Berbereia, temos problemas com os horários de visitação dos nossos monumentos e sítios e com a informação neles disponibilizada, mas temos um conjunto de outros locais junto ao mar que devemos valorizar onde a Câmara poderá investir de forma direta na diversificação e não na massificação e concentração de pessoas, livre das bandeiras azuis e do pagamento da respetiva comissão por não ter a obrigação de lá colocar nadadores salvadores ou balneários. Apelo ao senhor presidente da Câmara que construa novas zonas de banho no concelho porque elas são precisas.

Sr. vereador Guido Teles – Em resposta à questão relacionada com o primeiro tapete interativo que existia no aeroporto, a Câmara Municipal no último mandato realizou manutenções por três ou quatro vezes àquele *hardware* mas a verdade é que acabava por funcionar durante duas ou três semanas até voltar a avariar. Os nossos serviços emitiram um

parecer técnico constatando a obsolescência daquele equipamento, decidiu-se retirar dali o tapete interativo e apostar num painel que lá se encontra e será em breve substituído por nova imagem de boas-vindas com acesso através da aplicação «Visit Angra» para quem chega...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não custou dez mil euros?...

Sr. vereador Guido Teles – Não custou dez mil euros, certamente. Quanto à fragmentação de conteúdos entre a Praia e Angra no aeroporto, deve ser feita uma promoção externa conjunta do destino Terceira e à chegada faz sentido a existência de uma informação específica sobre cada um dos concelhos, daí termos colocado esse painel com acesso às informações básicas e a possibilidade do *download* da aplicação.

A requalificação do miradouro da serra de Santa Bárbara é uma preocupação que foi incluída nos nossos compromissos eleitorais para desenvolver também esforços junto do Governo Regional no sentido de se encontrar para ali uma solução adequada. Tivemos oportunidade de reunir com o diretor regional do ambiente, transmiti essa preocupação diretamente à diretora do parque natural de ilha e foi-nos dito que estaria prevista no orçamento regional para este ano uma verba destinada a uma intervenção urgente no local. Vamos fazer uma articulação das intervenções a serem feitas por ambas as entidades para que aquele sítio se adeque mais à visitação turística.

Temos acompanhado a situação do Algar do Carvão que é gerido pela associação «Os Montanheiros» e foi anunciado o ano passado por parte do Governo Regional um investimento bastante considerável na construção de um centro interpretativo no local para as condições adequadas de visitação e os próprios montanheiros fizeram um condicionamento no acesso ao local precisamente devido às preocupações de degradação. Na altura estabelecemos contactos para garantirmos um equilíbrio no horário disponível de visitação por se tratar de um local muito procurado e um dos principais ex-libris da nossa terra.

A Câmara Municipal está a desenvolver esforços na preparação das várias intervenções a realizar nas zonas balneares. Fizemos uma visita a todos os locais e um levantamento das necessidades imediatas de intervenção que este ano incidirão sobretudo na reparação de pavimentos e melhores condições de acesso. Faremos também pequenas intervenções nos acessos ao mar como, por exemplo, nas Cinco Ribeiras mediante a sugestão da junta de freguesia, e estamos com as obras a decorrer para a criação de uma zona de banhos no Fanal.

O concelho de Angra possui uma oferta razoável de zonas balneares e de banhos. Este ano foi detetada a necessidade de várias intervenções urgentes sobretudo ao nível dos pavimentos que terão mesmo que avançar e estamos a efetuar o trabalho de levantamento dos orçamentos necessários.

Sr. presidente da Câmara – As pequenas zonas de banhos são de longe a melhor solução para um ambiente insular como o nosso e a que tem menor impacto do ponto de vista da degradação do litoral. Há neste momento um conjunto de intervenções em curso com vista à revitalização de alguns espaços. Todo o troço litoral entre o Fanal e a Silveira ficará acessível porque, para além da obra de proteção costeira do Fanal, haverá um passadiço sobre as rochas que vai desembocar nas Areias Brancas que já têm um pequeno uso e passarão também a ser uma zona de banhos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não há ali um esgoto...?

Sr. presidente da Câmara – Não há ali nenhum esgoto ativo. Há uma estação elevatória nas Areias Brancas que envia o esgoto para trás.

Além do Fanal e das Areias Brancas, que ficarão muito mais acessíveis, no percurso intermédio depois do passadiço há várias zonas onde se farão pequenos arranjos que permitirão acessos ao mar e assim ficaremos com cerca de 500 metros de costa com múltiplas acessibilidades.

A junta de freguesia de Santa Bárbara tem vindo também a fazer um esforço no sentido de abrir um acesso ao mar que já foi devidamente licenciado, uma questão antiga em que se chegou a um entendimento sobre o Governo Regional.

Existe um conjunto de pequenos acessos que podem e devem ser melhorados como, por exemplo, a Poça dos Frades que tem um troço de estrada sem estacionamento fácil, mas é um lugar com um enorme potencial para esse tipo de uso.

Aqui para este lado, a junta de freguesia do Porto Judeu abriu uma via ao longo do litoral que potencia o acesso a outras zonas menos frequentadas com muito lixo que foram limpas e arrançadas e esse investimento é um contributo importante para a criação de mais uns pontos de acessibilidade ao longo do litoral. O mesmo tem acontecido em S. Sebastião com a possibilidade de criação de mais dois acessos ao mar a partir do trilho que lá. Na Fajã do Ficher na freguesia da Feteira está a ser feito um excelente trabalho de arranjo pela junta de freguesia que vai permitir a criação de uma zona de banhos com melhor qualidade. Creio que estamos no bom caminho mas tudo isto tem que ser feito com as necessárias cautelas para evitar o surgimento de outros problemas particularmente os riscos inerentes à proximidade do mar.

Sr. d. m. Luís Brasil – Apenas para lembrar que não obtive resposta por parte do senhor presidente da Câmara a respeito do tempo médio de licenciamento dos alojamentos locais no concelho de Angra.

Sr. presidente da Câmara – Quanto ao licenciamento, tivemos uma afluência muito grande de pedidos, conseguimos resolvê-los quase todos razoavelmente depressa mas, nalguns casos, as coisas têm demorado um pouco mais do que o necessário. O objetivo é termos um período nunca superior a quinze dias, que estamos a cumprir razoavelmente, e as exceções referem-se aos casos de natureza de não conformidade que depois exigem um conjunto de outras iniciativas que têm demorado um pouco demais. Vamos melhorar estas questões que nas últimas semanas têm merecido o meu particular empenho.

Sr. d. m. João Santos – Apenas para testar e verificar se a empresa de parquímetros embirra apenas com as propostas do CDS-PP. Senhor presidente da Câmara, sabemos que haverá eventualmente algumas falhas relativamente às zonas de estacionamento permitido e a sua concordância relativamente ao cumprimento de algumas regras de trânsito. No entanto, há uma que os condutores não cumprem talvez por distração na maior parte das vezes.

Pergunto se a Câmara pode de alguma forma contribuir para proteger as zonas da via pública em frente aos marcos de incêndio através de uma pequena proteção porque é fácil parar sem reparar. Poderia ser colocada uma pequena proteção em metal na zona da via com cerca de meio metro de largura para permitir engatar uma mangueira sem danificar as viaturas ou recorrer a outra boca-de-incêndio. Assim a mangueira poderia sair a direito sem constrangimentos para qualquer dos lados.

Sr. presidente da Câmara – Há pouco respondi em tom jocoso por causa da questão da Sé. Esclarecendo: o que acontece é que não havia nenhum lugar legal de estacionamento naquela zona. Como estávamos a menos dos cinco metros do extremo da rua a questão nem se levantou e a empresa de parquímetros não se podia arrogar de quaisquer direitos sobre aquele espaço que nem sequer lhe poderia ser concedido.

A questão que acabou de ser levantada pelo senhor deputado João Santos é séria e muito complexa de resolver na cidade. Se colocarmos um qualquer obstáculo na zona de estacionamento estamos a potenciar os pequenos toques porque as pessoas não o vão ver ao recuar e vamos segmentar as zonas de estacionamento. É difícil encontrar uma solução adequada para isso, já houve várias ideias e nenhuma conseguiu passar no teste da praticabilidade das coisas. Temos que resolver esse assunto e eventualmente pensar em mudar

algumas bocas-de-incêndio da sua atual posição para locais próximos de passadeiras ou de esquinas.

Quando temos uma boca-de-incêndio colocada exatamente no centro de uma zona de estacionamento, a colocação de um obstáculo tem consequências do ponto de vista de quem lá tenta estacionar porque acabará por não o ver.

Um exemplo de um mau posicionamento que afinal pode ser bom, é exatamente na zona diante da junta de freguesia da Sé onde está uma boca-de-incêndio no meio do passeio que terá que ser deslocada para as pessoas não tropeçarem mas agora fica muito melhor porque os carros não podem estacionar ao pé. Creio que esta acabará por se revelar a melhor solução, colocando as bocas de incendio junto a esquinas ou passadeiras que não sejam lugares de estacionamento de viaturas.

Terminadas as intervenções, a Informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2018.

Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de uma revisão que é motivada pela necessidade de resolver o problema da transferência de dinheiro dos Serviços Municipalizados para a Câmara Municipal por via da transferência das responsabilidades na gestão da frota automóvel e porque é necessário também reforçar o orçamento nas reparações que estão a ser feitas na área da habitação pelas razões que há pouco aqui falávamos. Um dos problemas é de natureza meramente contabilística porque não afeta em nada o “deve” e o “haver” do Grupo Municipal e o outro tem a ver com a necessidade de investirmos um bocadinho mais na habitação social.

Sr. d. m. Délio Borges – Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse da proveniência dos 220 mil euros inscritos para reparações.

Sr. presidente da Câmara – Neste caso, a entidade são os Serviços Municipalizados e isto corresponde ao orçamento destinado à manutenção da sua frota automóvel. A responsabilidade de toda a gestão da frota do Grupo Municipal foi transferida para a responsabilidade da Câmara e a receita associada a essa despesa tem que ser também transferida para a entidade que a vai assumir orçamentalmente.

Terminadas as intervenções e após votação, a Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2018 constante do Ponto 1.2, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (21 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 - Regulamento Municipal de Promoção do Controlo Reprodutivo e de Apoio à Sanidade dos Animais de Companhia.

Para deliberação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Havia um regulamento em vigor sobre esta matéria que corresponde a um alargamento das possibilidades de apoio nesta área com o aproveitamento de uma iniciativa da ordem dos veterinários que permite a adesão dos municípios a um mecanismo chamado «Cheque Veterinário». O objetivo é aproveitarmos esse mecanismo e uniformizarmos os critérios de análise das famílias com carência para aquilo que está legalmente estabelecido

que é a utilização do indicador dos apoios sociais com base para esse apoio. De resto, o regulamento mantém em linhas gerais o que está em vigor desde o ano passado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estamos aqui a discutir também os sinais dos tempos e uma alteração de prioridades. Estas questões dos animais devem ser tratadas com uma perspetiva prioritária de resolução de problemas de saúde pública e segurança das populações inerentes às reproduções indesejadas que contribuem para o aumento de populações de animais sem dono no nosso concelho. Quando nos desviamos dessa preocupação acabamos por alocar para os animais de estimação recursos que muita falta fazem às populações carenciadas.

Falando também como médico veterinário, julgo haver necessidades para os recursos limitados da causa pública que deveriam ser prioritárias em relação às questões dos animais de estimação das pessoas carenciadas. Se calhar, deveria haver mais campanha no sentido de sensibilizar quem não tiver condições para ter animais à sua guarda.

A «chipagem» dos animais que permita a sua identificação e dos seus proprietários é importante para garantir a segurança e responsabilizar os donos e as castrações são importantíssimas para o controlo de populações mas o diploma que dá origem a tudo isto é uma absoluta aberração que contou com apoios de todos os partidos políticos. Isto não é uma questão ideológica; é uma aberração dos nossos tempos que faz com que se discuta se os cães e os gatos devem ou não entrar nos restaurantes em vez de algo mais importante.

Entre outras coisas aberrantes, o diploma diz que os animais de companhia errantes que forem capturados pelos serviços municipais não devem ser abatidos como se fosse possível abdicar da ferramenta «abate» para o caso dos animais não adotáveis devido a problemas comportamentais relacionados com a sua inserção numa habitação, num quintal, numa família, numa exploração agrícola ou onde quer que seja. Não são adotáveis devido à forma como cresceram e foram sociabilizados o que lhes conferiu comportamentos que impedem a sua adoção e o seu tratamento digno e humano.

O abate é uma ferramenta que não deve ser utilizada como regra mas também não deve ser excluída da gestão dos animais errantes por uma qualquer autarquia. Não é possível manter infinitamente num canil municipal ou num centro oficial de recolha, um animal que não se pode abater porque não há infraestruturas que aguentem esse crescimento de ocupação nem autarquias que possam pagar essa manutenção. O senhor presidente da Câmara que nos diga quanto custa manter um cão ou um gato diariamente no canil municipal.

Nós, que contribuímos com os nossos impostos para o que deve ser feito para salvaguardar o bem-estar animal, vamos sendo solicitados com as campanhas das associações de defesa dos animais para contribuirmos ainda mais com alimentos e outras coisas para os animais não adotados que não podem ser abatidos e é suposto permanecerem por tempo indeterminado nos canis municipais que têm as melhores condições possíveis. Para contornar isto, criou-se outra aberração em que, oito dias após a sua detenção e se não forem adotados, os animais capturados devem ser castrados e, se não forem adotados 120 dias após a esterilização, devem ser libertados. Retiramos os animais da rua porque são um problema e voltamos a libertá-los desta vez como um bando de eunucos castradinhos à solta e todos contentes a abanarem o rabo pelas cidades ou freguesias.

O diploma regional refere ainda outra aberração. É que só deverão ser libertados os animais que tiverem capacidade para cuidarem da sua sobrevivência. No debate na Assembleia Regional fiz uma pergunta que levou a que os meus colegas de S. Miguel tivessem a sua fotografia nas redes sociais e lhes desejassem a morte aos filhos. Sim, é assim que os ativistas pseudo amigos dos animais se comportam; desejando a morte aos filhos dos outros por abate em canis municipais. Não estou a inventar; isto aconteceu.

A pergunta que fiz foi a seguinte: quais são os animais capazes de cuidarem da sua sobrevivência? Os que conseguem encontrar alimento sozinhos indo às compras ao supermercado ou os que vão às galinhas, aos vitelos e aos caixotes do lixo e podem até morder crianças na rua? São uns ou os outros? São os animais capazes de encontrar o seu próprio abrigo ou os que vão dormir na via pública e a invadir os jardins à procura de abrigo e conforto? Estamos no inverno e nenhum cão ou gato gosta de passar frio. São os animais capazes de limparem os seus próprios dejetos ou aqueles que os farão onde calhar só porque são animais? Tudo isto é uma aberração que nos deve fazer refletir nas leis e diplomas que estamos obrigados a viabilizar - e já nem digo aprovar - porque existe outro voto que é este que está aqui.

Isto são sinais dos tempos. Os partidos políticos, sobretudo os de maior expressão eleitoral, têm medo como o diabo da cruz, do impacto e do ruído na comunicação social. Os defensores de determinadas causas - por mais nobres que pareçam - por vezes são muito ruidosos e fazem muito barulho, muita pressão e ameaças nas redes sociais àqueles que representam talvez uma maioria silenciosa de pessoas que não querem os animais vadios libertados castradinhos e abanarem o rabo na natureza e não querem ir ao restaurante e ver lá o cão ou o gato de quem quer que seja, mais ou menos bem comportado. Eu tenho cães, gosto muito deles e trato-os bem, mas assumo que não irei a um restaurante onde esteja um cão sentado ao meu lado, nem que seja por uma questão de saúde pública.

Não concordamos com a hierarquia de prioridades vertidas neste diploma mas percebemos que a Câmara está obrigada a apresentá-lo por um imperativo legal. Entendemos que muitas das pessoas carenciadas são as beneficiadas por este diploma e não temos inconsciência relativamente às questões aqui presentes. Defendemos uma hierarquia de prioridades diferente e uma consciência da limitação dos recursos públicos disponíveis pelo concelho para ajudar os seus carenciados, desde logo os mais idosos, e não outros que às vezes usam os mecanismos à sua disposição para terem mais coisas em vez de uma conduta mais responsável.

Assim sendo, o grupo municipal do PSD vai abster-se neste diploma porque entendemos que isto deveria ser de outra maneira e estamos a entrar num momento em que é necessária alguma reflexão acerca das preocupações sociais que aqui nos trazem. Julgo que os senhores presidentes de junta aqui presentes concordarão com as preocupações que aqui apresentei relativamente aos animais errantes nas nossas ruas a atacarem galinhas e vitelos, estejam castrados ou não. Alguns são criadores de gado e sabem o prejuízo que um animal pode causar num aviário ou num viteleiro ou a um vitelo preso a uma estaca numa pastagem. Vou repetir o termo: isto é uma aberração.

Sr. presidente da Câmara – Creio que a intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro enquadra bem a presente situação e o objetivo deste regulamento é o cumprimento de uma obrigação legal. O custo médio por permanência no canil municipal no ano passado situou-se entre os 70 e os 80 euros por animal. É isto que custa um cão cada vez que entra no canil.

O custo de um técnico que presta serviço nos dois canis e consegue fazer um pouco a gestão do acesso das pessoas e das adoções ultrapassa os 26 mil euros por ano. É esse o custo com o outro canil, além do canil da Câmara e do pessoal a ele afeto. Trata-se de uma despesa com algum peso na gestão desta autarquia que tende a crescer no horizonte mais próximo pelas razões já aqui expostas. Quanto ao regulamento, pretende-se encontrar uma solução adequada perante as restrições existentes.

Sra. d. m. Brites Baldaia – Senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais, bom dia a todos. Depois de esta problemática ter sido devidamente explicada pelo senhor deputado Luís Rendeiro que é médico veterinário e a pessoa indicada para nos fazer o melhor enquadramento, o grupo municipal do CDS-PP vai abster-se pelas mesmíssimas razões porque este decreto legislativo regional é

efetivamente uma aberração de uma hipocrisia inqualificável e em nada contribui para o bem-estar animal, antes pelo contrário.

Gostaria de saber as circunstâncias em que são passados o cheque e o voucher, quais os respetivos valores e as clínicas aderentes ao programa e se não seria possível, também, terem-se concretizado alguns conceitos indeterminados como o excesso de alojamento de animais no mesmo prédio.

Sr. presidente da Mesa – Presumo que a senhora deputada queria referir-se à hipocrisia da aprovação «do» diploma e não daquilo que vamos fazer aqui hoje que decorre apenas da lei.

Sr. presidente da Câmara – Não conheço exatamente os limites mas o excesso de animais que se pode ter em casa sem licenciamento específico está legalmente definido, depende do tipo de animal e nós estamos a aplicar o que está na lei.

Que eu saiba, quando este regulamento foi preparado, nenhuma das clínicas do concelho tinha aderido. Havia movimentações nesse sentido por parte da Ordem dos Veterinários mas não sei o que aconteceu entretanto e os cheques veterinários variam entre os vinte e os trinta e poucos euros.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Por lapso, esqueci-me de uma questão prática na minha primeira intervenção. Cumprindo-se esta regulamentação e seguindo-se todos estes passos desde a captura, chipagem e castração até à libertação do cãozinho após os 120 dias, é preciso saber quantas vezes é que o animal vai ser apanhado e posto em liberdade e o que é que lhe acontece quando for apanhado a segunda vez. A aberração é tão grande que isto não está previsto e as pessoas vão acabar por resolver o problema quando apanharem o cão no seu quintal, o que é grave. Nem a lei prevê quantas vezes o animal pode ser capturado e devolvido ao seu «habitat», chamemos-lhe assim.

Percebo as paixões motivadas pelos assuntos relacionados com os animais mas é preciso que toda a gente tenha a noção do que está em jogo porque também se faz algum tipo de populismo com intervenções como a que fiz há pouco. Se eu não gostasse dos animais não me teria tornado médico veterinário mas temos que relativizar as coisas. Em primeiro lugar deve estar a saúde pública e a segurança das populações e este diploma não garante uma coisa nem a outra.

Sr. presidente da Câmara – Senhor deputado, essa é uma pergunta que também faço mas este não é o parlamento certo para tal. Li o diploma o outro dia já na sua versão atualizada e felizmente essa lei só entra em vigor a 1 de janeiro de 2022. Espero que na Assembleia Legislativa Regional se faça uma reflexão sobre esta matéria porque o diploma, tal como está, não é exequível a partir a partir dessa data e alguma coisa terá que acontecer até lá. Os senhores deputados terão que repensar esta matéria porque não é aceitável a libertação, particularmente de cães perigosos para outros animais.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Os animais que forem capturados e manifestarem um comportamento agressivo podem ser abatidos. O problema é que, na natureza, todos se tornam perigosos ao desenvolverem comportamentos de predação porque precisam de comer e por isso questioneei quantas vezes acabarão por ser capturados e libertados até que se resolva o problema dos não adotáveis que não podem viver para sempre fechados num canil com pouco mais de três por três metros juntamente com mais alguns parceiros em condições que não são as ditas humanas.

Terminadas as intervenções e após votação, o Regulamento Municipal constante do Ponto 1.3 foi aprovado por maioria com 19 votos a favor (18 do PS e 1 da d. m. independente) e 14 abstenções (12 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.4 - Listagem de todos os compromissos plurianuais, incluindo os que resultam de planos ou programas plurianuais legalmente já aprovados, respeitante ao ano de 2017. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se meramente do cumprimento de uma obrigação legal. A vasta maioria destes compromissos são aquisições feitas nos últimos dias do ano passado que implicarão um pagamento durante este ano e os compromissos maiores têm a ver com obras em curso com um desenvolvimento plurianual.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Pergunto se isto é para aprovação ou conhecimento da Assembleia, visto que, no ofício que acompanha a listagem, é referido pelo senhor presidente da Câmara que a Assembleia Municipal autorizou previamente este tipo de despesas na aprovação do orçamento e na altura suscitámos essa questão.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de uma aprovação porque a lei dos compromissos a isso obriga. Esta é uma segunda aprovação porque isto estava incluído no orçamento e a lei obriga explicitamente que isto se faça.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, o documento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.5 - Pedido da empresa Rodrigo Hintze - Compra e Venda de Bens Imobiliários, SU, Lda., solicitando benefícios fiscais relativamente a um projeto de investimento de aquisição, requalificação e transformação de uma habitação na Carreira dos Cavalos n.º 35 na freguesia da Sé em turismo de habitação. Em reunião do órgão executivo foi deliberado aplicar os mesmos termos previstos para os projetos PIR (Projeto de Interesse Regional) isentando o requerente na totalidade no que respeita ao IMT e durante cinco anos no que se refere ao IMI.

Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/A de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2015/A de 23 de junho.

Sr. vereador Guido Teles – Este pedido surge da SDEA na sequência de um requerimento desta empresa com vista à aplicação de benefícios fiscais contratuais a um investimento que a mesma pretende fazer na freguesia da Sé no centro da cidade destinado a uma requalificação de património edificado bem como a criação de postos de trabalho.

A Assembleia Municipal aprovou no ano passado um regulamento que prevê precisamente a aplicação destes benefícios fiscais contratuais aos projetos que reúnam os requisitos necessários para serem considerados projetos PIR. Este projeto de investimento em particular não reúne todos os requisitos necessários para o efeito mas reúne os essenciais para uma atribuição de benefícios fiscais contratuais. Isso resulta de uma norma especial em relação à realidade da Terceira contemplada no orçamento regional artigo 33.º que prevê a possibilidade de todos os projetos de investimento acima de um milhão de euros usufruírem de benefícios fiscais. No que diz respeito ao município, na isenção ou redução do IMT no mínimo de 75% ou isenção de IMI até dez anos.

A Ordem de Trabalhos refere que o órgão executivo propõe à Assembleia aplicar os mesmos termos previstos para os projetos PIR mas não é bem isso que está aqui em causa. Para esses projetos está aprovada a isenção de IMI por dez anos e a isenção total de IMT. Neste caso em particular, porque se trata de um investimento de montante inferior ao que está previsto para os projetos PIR, a deliberação unânime da Câmara Municipal foi no sentido de propor à Assembleia Municipal a aplicação da isenção de IMI por um período de apenas cinco anos e uma isenção total de IMT.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o Pedido constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.

1.6 - Designação dos seguintes elementos para constituírem o júri do procedimento concursal para o cargo de Chefe de Divisão de Resíduos e Logística, cargo de direção intermédia de 2.º grau dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo:

- Presidente:
 - **Raquel Gomes Caetano Ferreira**, Presidente do Conselho de Administração dos SMAH.
- Vogais Efetivos:
 - **Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso**, Chefe da Unidade de Serviços Integrados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. (Substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos).
 - **Dália Cristina da Silva Leal**, Chefe de Divisão de Resíduos da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo.
- Vogais Suplentes:
 - **Eduína Maria Ferreira Ornelas Borges**, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
 - **Sandra Patrícia Vieira da Costa**, Chefe da Unidade de Cultura e Desenvolvimento Socioeconómico da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Para deliberação do órgão deliberativo municipal nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.

Sr. d. m. Luís Brasil – Pelo que me foi dado a conhecer, o procedimento normal da Câmara para estes lugares de chefia tem sido sempre por meio de concurso. Este foi o que permaneceu até agora. Pergunto porquê só agora este e por que razão no passado não foi alvo do mesmo procedimento.

Sr. presidente da Câmara – Por lei, todos estes cargos são por concurso e não há nada diferente em relação a este assunto ou a qualquer outro. A Assembleia tem que aprovar sempre que há a necessidade de abertura de um procedimento para preenchimento de uma chefia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Todas as outras já foram feitas. Porque é que esta ficou para trás?

Sr. presidente da Câmara – Tem a ver com a data da nomeação e o respetivo cumprimento do mandato.

Terminadas as intervenções e após votação, a proposta de designação do júri em causa foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.7 - Relatório de monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo de 2017. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Délio Borges – A talho de foice, aproveito para questionar a respeito do Plano de Prevenção da Câmara Municipal que tentei pesquisar no *site* da Câmara mas não encontrei, talvez por aselhice minha. Sempre que as instituições públicas elaboram o Plano de Prevenção, é boa prática - por recomendação do Tribunal de Contas - a sua publicação na respetiva página da Internet. Se não o tem, fica aqui a recomendação para que, logo que possível, fique disponível na página *web* do município.

Sr. presidente da Câmara – Este relatório tem um outro de semelhante teor que será presente à Assembleia provavelmente na próxima sessão. Está a ser elaborado pela Câmara perante uma obrigação legal de ambas as entidades mas este dos Serviços Municipalizados chegou mais cedo.

Creio que o documento da Câmara consta da página da internet num lugar qualquer. Infelizmente o nosso vereador que percebe de internet ausentou-se da sala neste momento mas vou perguntar-lhe logo que regressar. Já agora e em jeito de crítica em relação à Câmara, creio que a nossa página está a entrar também na tal fase de obsolescência. Nunca consegui encontrar lá nada e creio que está a acontecer o mesmo consigo. Estamos em vias de ter uma página nova porque aquela já cumpriu o seu ciclo de vida.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.7.

1.8 - Relatório de Gestão e Contas da TERAMB, EM, relativo ao terceiro trimestre de 2017.

Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – A TERAMB, depois de ter passado um tempo complexo com o fim das garantias e as necessárias obras de melhoria, finalmente parece ter atingido uma velocidade de cruzeiro. Em parte como resultado da entrada da geotermia, chegou-se a um entendimento com a EDA que elimina quase totalmente os ressarcimentos e a empresa está neste momento numa situação bem melhor do que aquela em que se encontrava no ano anterior.

Ainda não está aprovado mas o resultado que teremos no fim do ano andarà à volta dos 500 000 euros negativos, dentro do que se estimaria para os primeiros três anos. Passámos dois anos sem os ter, tê-los-emos no terceiro e tudo indica que as coisas voltem a equilibrar no quarto ano.

O preço de venda de eletricidade da TERAMB subiu sensivelmente. Estávamos a vender na casa dos 91/92 euros por megawatt/hora e passámos para os 100,5 euros, uma indexação que nos é extremamente favorável visto que a ERSE entendeu que o preço das energias renováveis - como é o caso - passaria a ser indexado, um conceito que agora ganhou um valor maior, o chamado «fuel evitado» e «licença de emissão de CO2 evitado». Isto significa que o custo da licença de emissão de CO2 para produzir um megawatt/hora deverá ser o preço pago a quem produz sem estas dificuldades. Este é um preço superior ao que estávamos a receber, o que significa um excelente potencial produtivo e um bom potencial ao nível de ganhos financeiros da TERAMB. Se as coisas correrem bem estou convencido que voltaremos às contas positivas em 2018. De qualquer maneira, esta matéria terá que ser debatida nesta casa na apresentação de contas porque este é um relatório intermédio que ainda não corresponde à imagem final da empresa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Felizmente, a existência de uma incineradora aqui na ilha Terceira não gerou a polémica que houve noutros sítios mas devemos acautelar algumas questões porque pretendemos uma central de valorização de resíduos que funcione e não um mono. Temos que garantir que não volte a acontecer o que aconteceu este ano em termos de avarias e que todos os erros de conceção/construção sejam corrigidos para evitarmos um conjunto de problemas quando terminar o prazo de garantia daquela unidade.

Com a entrada em funcionamento da geotermia, a Câmara vai poupar cerca de 360 mil euros por mês em compensações pela deslastragem de outras fontes renováveis mas a incineradora é vulnerável aos elementos e à corrosão devido ao local onde se encontra que não é muito amigo dos elementos metálicos. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos transmitisse o ponto da situação visto que se notam já alguns pontos de corrosão tendo em conta que se trata de uma

instalação nova e é necessária uma manutenção cuidada para que não se repitam os tempos de paragem e avaria do passado recente que prejudicaram a atividade daquela unidade.

Parece-me que a gestão dos resíduos em volta da incineradora tem que ser um pouco melhorada porque, quem lá se desloca para deixar ramagens ou outro tipo de material, por vezes é confrontado com alguma falta de asseio ou de organização do espaço circundante que pode ser melhor delimitado com a devida contenção dos resíduos para que o vento ou as aves não se encarreguem de os espalhar.

Há um conjunto de tarefas que precisam de ser cuidadas numa unidade daquelas com as outras subunidades à volta de fragmentação, transformação ou compostagem para que, quem visite aquela zona ou os espaços circundantes, veja minimizados os constrangimentos resultantes da dispersão de resíduos e dos maus cheiros. Existe ali à volta uma área muito frequentada com empresas e comércio e o miradouro da serra da Ribeirinha tem uma vista privilegiada para aquele espaço.

Se pudermos mostrar a quem nos visita que tratamos bem os nossos resíduos e se soubermos educar quem cá está sobre a forma correta de os reduzir, reutilizar, reciclar e valorizar, tanto melhor. Se não houver lucro, ao menos que tenhamos um resultado zero numa unidade que foi concebida para tratar os resíduos.

Sr. presidente da Câmara – Uma notícia de última hora: aqui o nosso perito já encontrou o dito plano que, afinal, estava na página da internet.

A CVE está a ser toda tratada nos pontos em que surgiu alguma corrosão. A estrutura tem um período de vida estimado de 25 anos, é preciso mantê-la em boas condições e nos últimos tempos foram dados passos positivos nesse sentido.

O conselho de administração da TERAMB tem debatido a questão da reorganização do espaço e o principal problema tem a ver com as operações de mineração, com o transporte de resíduos das antigas bolsas e com o funcionamento da estrutura que faz a crivagem do lixo que está a funcionar no exterior e sempre que há vento os plásticos espalham-se por ali.

Existe um projeto e estamos a tentar encontrar o financiamento necessário para um investimento que a TERAMB terá necessariamente que fazer num horizonte muito próximo para a construção de um pavilhão que permita a triagem dos resíduos num espaço fechado. Está a ser apresentada uma candidatura e vamos ver se é possível encaixar esta despesa ainda na primeira fase deste quadro comunitário de apoio para obtermos um financiamento de umas centenas de milhares de euros para cobrir aquele pátio em frente à entrada do *bunker* para que todas as operações de carga e descarga e manuseamento de resíduos se façam num espaço abrigado do vento.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Quem se desloca à TERAMB verifica a existência de um pavilhão inteiro cheio de resíduos e alguns também no exterior, por isso lhe pergunto se existe algum problema com a sua expedição para o exterior e porque é que o lixo não é tratado de outra maneira.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de lixo proveniente da mineração que faz ali uma paragem para secar e perder um pouco de água antes de ser levado para o *bunker*. A utilização desse pavilhão tem exatamente a ver com o que acabei de dizer a respeito da necessidade de construir um pavilhão na zona anexa à entrada do *bunker* para que todas essas operações sejam feitas dentro do mesmo espaço. Aquele pavilhão é um remedeio na ausência de outro e está a fazer-nos falta para a pernoita das viaturas que ficam ao relento.

Não registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório e Contas da TERAMB constante do Ponto 1.8.

1.9 - Relatório de avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição - 2017.

Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – O relatório é explicativo e tem a ver com o funcionamento da Câmara no mandato anterior. Sempre houve e continuará a haver toda a vontade que os senhores vereadores da oposição tenham uma participação tão ativa e efetiva quanto possível nos trabalhos da Câmara.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Avaliação constante do Ponto 1.9.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 - Designação de um membro do PSD e outro do CDS-PP da Assembleia Municipal a fim de fazerem parte do Conselho Municipal da Juventude.

- Após votação por escrutínio secreto foram designadas por maioria, as seguintes representantes:

- Do Partido Social Democrata: Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

- Do CDS-PP: Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – A propósito deste tema, a 23 de dezembro realizou-se uma festa para a juventude naquele espaço da zona industrial. A adesão foi em massa, como mãe tive ir lá levar e depois buscar, assim como outros pais que estavam na mesma situação. Na ocasião reparámos que não havia qualquer policiamento à entrada ou à saída daquela zona de fraca iluminação, tornando-a escura. Não sei se é obrigatório neste tipo de locais mas não havia qualquer ponto de socorro ali ao pé para socorrer aqueles jovens no caso de alguma eventualidade e gostaria de alertar para futuras situações.

Sr. presidente da Câmara – Essa festa não partiu de iniciativa municipal; era privada, foi licenciada e a lei não impõe essas obrigações à organização desse tipo de festas mas talvez o devesse fazer. Acontece o mesmo com todas as outras festas em que não é obrigatório ter uma ambulância e a polícia vai quando acha que o deve fazer.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – A polícia tinha conhecimento daquele aglomerado de jovens, não tinha?

2.2 - Adesão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo à ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais).

Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Mesa – Como consta do documento a que V. Exas. tiveram acesso, esta associação foi constituída em 2016, contava inicialmente com 33 assembleias municipais, neste momento esse número atingiu já cerca de uma centena e a próxima reunião decorre em Lisboa no próximo fim de semana.

Esta proposta nasce do facto de se estar a discutir a nível nacional a alteração ao ordenamento jurídico relativamente à divisão administrativa do país. Por essas razões, pareceu-nos oportuno poder participar também nessa discussão e saber o que se está a passar a nível nacional. Como a decisão dependia da Assembleia, esta proposta veio aqui para que V. Exas. a possam avaliar e votar.

Não se tendo registado mais intervenções, a Proposta constante do Ponto 2.2 foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.

2.3 – Voto de Pesar pelo falecimento de Monsenhor Caetano Tomás.

Sr. presidente da Mesa – Agradeço à senhora deputada Isabel Berbereia a colaboração na preparação deste voto.

«Francisco Caetano Tomás, conhecido como Monsenhor Caetano Tomás, nasceu na freguesia do Lagedo na ilha das Flores a 12 de setembro de 1924 e faleceu em Angra do Heroísmo a 25 de janeiro de 2018 com 93 anos. Distinguiu-se como um grande promotor da Pastoral da Igreja Católica como nobre e influente professor e ainda como educador de prestigiada referência.

Pensador e ativista, apaixonado pelo conhecimento, pela interpretação do indivíduo e pelas relações humanas, comunicador perspicaz, de sorriso fácil, olhar atento e crítico, homem livre e convicto, às vezes moralmente incómodo ou incompreendido, deixou as ruas desta sua cidade - por onde tanto caminhou - mais tristes e as suas gentes mais pobres.

Monsenhor Caetano Tomás completou os seus estudos iniciais no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo. Entre 1947 e 1954 estudou em Roma na Pontifícia Universidade Gregoriana onde se licenciou em Teologia e Filosofia e onde foi ordenado padre. Também na universidade de Roma fez estudos complementares nas áreas da matemática, física e métodos científicos. Regressou a Angra em 1954 onde iniciou a sua carreira de docência no Seminário Episcopal.

Foi também docente de Psicologia na Escola do Magistério Primário e na Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, contribuindo e influenciando a formação de muitas gerações e de muitos profissionais da área da saúde e do ensino.

No âmbito da ação pastoral da Igreja destacou-se na introdução do aconselhamento psicossocial especialmente em matérias matrimoniais e de família, tendo sido nesse contexto, nomeado Cónego da Sé de Angra e distinguido com o título eclesiástico de Monsenhor.

Em 1980 tornou-se responsável pelos cursos de preparação para o matrimónio e seu principal orientador. Naquele contexto participou em múltiplos programas na rádio e na televisão sobre psicologia e realizou ações de formação nestas matérias dirigidas a docentes do ensino básico e secundário e ao público em geral.

Reconhecendo no Monsenhor Caetano Tomás, digníssimo valor, relevante influência e referência pioneira no ensino da psicologia e nas técnicas de aconselhamento individual e familiar, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprova a atribuição de um Voto de Pesar pela sua morte, devendo do mesmo ser dado conhecimento aos seus familiares.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Assim como muitos dos que aqui estão, fui aluno do padre Caetano Tomás. O reconhecimento pela sua vida, pelo seu trabalho e pela importância que teve como pessoa, pedagogo, investigador e amigo, foi incontornável neste concelho e terá sido injustiçado por diversas vezes.

Lembro um episódio em que, por razões políticas, a região não lhe atribuiu em vida uma merecida insígnia autonómica de mérito mas ainda se está a tempo de reparar esse dano se bem que, sempre que possível, essas coisas devem ser feitas em vida.

Foi uma personagem marcante. Como as personagens marcantes movem paixões, movem também os que não gostam delas. Quem nunca semeou algumas inimizades, certamente não fez nada digno de registo na passagem por este mundo dos mortais.

Esta homenagem ao padre Caetano Tomás é inteiramente justa e merecida e uma forma de o concelho de Angra do Heroísmo lhe agradecer tudo o que fez durante a sua vida que foi longa e marcou todos os que tiveram o privilégio de o conhecer e serem tocados pela sua presença e pelo seu trabalho.

Não se registaram mais intervenções. O Voto de Pesar pelo falecimento de Monsenhor Caetano Tomás foi aprovado por unanimidade.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 – Recomendação do grupo municipal do CDS-PP no sentido da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas e a Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo procederem à interdição de estacionamento em todo o espaço em frente ao Hotel do Caracol, a fim de essa zona poder servir exclusivamente para cargas e descargas de utentes daquela unidade hoteleira.

Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Quando este projeto do Caracol foi relançado depois de uma primeira paragem, os lugares disponíveis em frente ao hotel estavam já reservados à tomada e largada de passageiros e ao apoio à atividade hoteleira. Quando as viaturas afetas ao turismo ou aos serviços inerentes ao hotel se veem obrigadas a parar na via pública surgem problemas de segurança e fluidez do trânsito visto que confluem quatro vias principais àquela rotunda.

Com o trânsito num só sentido no Caminho do Meio de S. Carlos, o Caminho de Baixo passou a ser a única entrada de poente porque o acesso por cima é muito mais complicado. Na outra sessão da Assembleia Municipal apresentámos propostas que contribuiriam para a melhoria da segurança e da circulação de trânsito e trazemos mais duas a esta sessão, sendo esta uma delas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Esta proposta é muito pertinente e deverá ser objeto de atenção por parte da Câmara. Justiça seja feita ao senhor deputado João Santos que tem aqui chamado a atenção para as situações de trânsito que são recorrentes na Silveira, mais especificamente na zona das mercearias, mas a gestão do estacionamento naquele espaço em frente ao hotel do Caracol também tem sido um problema.

A ser levado a cabo o compromisso da Secretária Regional dos Transportes a respeito da construção de um parque de estacionamento novo para servir a Silveira naqueles terrenos da perninha que falta na rotunda abaixo do Burger King no início da variante a S. Carlos, teremos um parque de estacionamento que permitirá resolver alguns constrangimentos de trânsito e estacionamento naquela zona para que o hotel do Caracol possa usufruir do espaço em frente para os autocarros e táxis sem que lá estacionem outras viaturas de particulares ou frequentadores do Health Club que obrigam os autocarros a parar na via pública.

Se não houver alguma ação da PSP sobre os automobilistas que estacionam mal em toda aquela zona, manter-se-á o problema habitual porque o crime lá vai compensando e ali não deve compensar. Julgo que o problema se resolve com a construção do novo parque de estacionamento e estamos em condições de aprovar esta proposta do CDS-PP com vista à proibição do estacionamento em frente àquela hotel.

Sr. d. m. João Santos – Congratulamo-nos com esta proposta e este assunto é aqui trazido há anos. Ao contrário do que seria desejável, tem-se caminhado para um agudizar do problema naquela e em muitas outras zonas onde os maus exemplos se sucedem diariamente. Devido a um autocarro que se encontrava parado em frente ao hotel, um mini bus parou em frente à mercearia para os turistas irem beber café e não se conseguia passar na Silveira para lado nenhum. Se pensarmos que o parque de estacionamento será uma solução para isto, estamos

enganados. Nem aquele, nem qualquer outro parque resolverá o problema e isto só tem duas soluções: através da vertente do civismo ou à base de policiamento.

Recordo aquele caso acentuadamente penoso para os bombeiros quando as viaturas paravam naquela espécie de rotunda da urgência do hospital; o problema persistiu durante anos e ficou resolvido numa semana com policiamento diário. Se parar ali durante 30 minutos ou uma hora, o carro será multado.

Chega de olharmos para o lado porque estes problemas têm que ter solução e a Câmara tentou uma ali na Silveira que atesta precisamente o que estou a dizer. Criou uma zona de estacionamento temporário e o que é que aconteceu? Nada. As pessoas querem descarregar e não têm lugar. Apesar de achar que os efetivos da PSP são insuficientes na ilha Terceira e no nosso concelho em particular, isso por si só, não me convence.

É uma solução, apoiamos favoravelmente e congratulamo-nos com esta iniciativa mas, enquanto isto não passar de boas intenções, os parques de estacionamento estarão sempre muito longe daquilo que as pessoas pretendem. O hipermercado tem um parque de estacionamento enorme coberto e os carros só não entram no elevador porque não podem. Enquanto continuarmos permissivos com este tipo de falta de civismo que se alastrou pelo concelho não teremos solução para estes problemas.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade.***

3.2 - Recomendação do grupo municipal do CDS-PP no sentido da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas proceder à construção de uma ponte pedonal desde o bairro habitacional de São Bento até à entrada do Estádio João Paulo II para melhorar a segurança pedonal na zona em particular dos utentes daquela instalação desportiva. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Apresentamos aqui mais uma vez uma proposta que tem a ver com a segurança das pessoas e com a fluidez do trânsito. Aquela zona do início da via rápida compreendida entre a rotunda da praça de touros e a outra rotunda mais acima é muito problemática porque todos os dias é atravessada por crianças que vão ou regressam do parque desportivo e fazem-no fora da passadeira que apenas existe cá em baixo junto à rotunda da praça de touros. Os condutores ignoram o traço contínuo duplo e fazem manobras perigosas atravessando as sinalizações de trânsito verticais e horizontais que o proibem. Há situações de falta de civismo, de negligência e até de facilitismo quando os peões ali atravessam incluindo os miúdos que vão atrás de uma bola ou com um cãozinho pela trela.

Sabemos que estas passagens pedonais são pouco apreciadas pelos peões que têm que subir e descer escadas mas é possível forçar o seu uso através da eventual aplicação de um separador central do trânsito naquele troço como já existe lá mais adiante para evitar que as pessoas atravessem ali e os automobilistas façam manobras perigosas de inversão de marcha.

Que eu tenha conhecimento, nunca aconteceu nada ali mas, há uns anos, houve um acidente naquela rua do litoral em que um miúdo morreu num embate frontal de mota contra um camião que circulava em sentido contrário em direção à moagem. A sinalética de trânsito estava corretamente colocada e acompanhada de avisos públicos mas, o facto de raramente circularem viaturas em sentido contrário naquela rua, levou a algum descuido do motociclista que acabou por originar o acidente. Podemos ir um pouco mais longe e investir na segurança e fluidez do trânsito antes que aconteça também ali uma desgraça.

Sr. d. m. João Santos – Não querendo retirar o mérito ao CDS-PP porque apresentei igual proposta há uns anos, o que agora desejo é que haja uma sensibilidade diferente para este problema por parte de quem tutela a secretaria. Sei que a obra não é muito barata, fácil de

executar e muito querida aos peões, mas o facto de nunca ter acontecido ali nada de grave não deve servir de argumento porque os portugueses só agem por reação e só fazem para remediar quando algo de grave acontece. Espero que esta e outras obras sejam feitas onde nunca nada aconteceu antes que um dia aconteça. Talvez assim se reduza drasticamente as desgraças que acontecem.

Também não nos choca a colocação de um separador de trânsito ali apesar de sabermos que muita gente irá continuar a atravessar aquela via. Pelo menos que seja dada uma oportunidade àqueles que não querem arriscar para que o possam fazer de outra forma e em segurança. Como a prática desportiva está cada vez mais na moda, que seja acompanhada de soluções que permitam também ensinar como se circula em segurança.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pouco mais há a acrescentar. De um lado temos o parque desportivo da ilha Terceira, a meio uma estrada com quatro faixas de rodagem, do outro a escola EBI de Angra - uma das escolas com maior número de crianças do concelho - e ainda uma zona residencial com uma população jovem bastante significativa que atravessa aquela via sem nenhum tipo de segurança.

Apesar de sabermos tratar-se de uma estrutura cara, a ponte deve ser construída com as devidas vedações respeitando também alguns critérios de segurança para evitar que as pessoas caiam ou exerçam alguns atos de vandalismo que venham a prejudicar o trânsito.

Esta proposta deve ser aprovada porque todos já vimos crianças a atravessar ali a correr, algumas completamente desatentas, e manobras de inversão de marcha saídas daquela zona habitacional transgredindo todas as regras de trânsito.

Sr. d. m. Paulo Jorge Silva – Estamos a falar numa passagem aérea de peões mas poderíamos propor também à Secretaria das Obras Públicas a possibilidade da construção de uma passagem subterrânea que reduziria, por exemplo, os riscos de alguém se atirar dali abaixo ou a prática de vandalismo.

*Terminadas as intervenções e após votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.2 foi aprovada por unanimidade.***

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD

Recomendação para a transmissão em direto e gravação em vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo pelo canal VITEC

Sr. d. m. Délio Borges – É histórica a fraca participação dos munícipes de Angra nas sessões deste órgão como acontece hoje em que não está ninguém presente. Também é verdade que nem sempre a comunicação social está presente na cobertura dos trabalhos; hoje temo-la cá mas nem sempre isso acontece e os assuntos tratados neste órgão não chegam à população porque a comunicação social, não estando presente, não consegue transmitir a mensagem aos angrenses.

Existindo um contrato de prestação de serviços entre a Câmara Municipal e o canal VITEC e tendo em conta o bom trabalho que aquela empresa tem feito, o grupo municipal do PSD recomenda que as sessões deste órgão sejam transmitidas em direto por aquele canal e que as sessões vídeo permaneçam disponíveis no *site* da Câmara.

Sr. presidente da Câmara – A informação que posso dar é que o contrato existente não cobre nada disto e nem sei se é técnica e financeiramente exequível. Só tomei conhecimento da proposta hoje e acho que o assunto deveria ser objeto de uma conversa com a VITEC para que depois pudessemos decidir mas essa é uma questão que diz respeito à Assembleia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Lembro ao senhor presidente da Câmara que se trata de uma recomendação e ficaríamos muitíssimo felizes se todas as recomendações aprovadas nesta Assembleia tivessem seguimento.

Sr. presidente da Câmara – Diga lá uma que não tenha tido...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Ai, digo-lhe. Nem de propósito, há seis ou sete anos, foi aprovada uma recomendação...

Sr. presidente da Câmara – Se foi há seis ou sete anos, não tem a ver comigo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pois... Mas, quanto a heranças, a gente tem as que tem e não as que quer. Dou-lhe três ou quatro exemplos com aprovações de presidentes de junta de freguesia e tudo. Se o senhor presidente só assume as suas, estamos mal parados.

Sr. presidente da Câmara – Só me interessam as minhas...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É uma recomendação. Se a Câmara de Angra entender que os meios técnicos e financeiros têm limitações, tem sempre a oportunidade de comunicar à Assembleia e o senhor presidente da Câmara não ficará certamente acorrentado a lado nenhum - tipo «50 Sombras de Grey» - para que os trabalhos da Assembleia Municipal sejam transmitidos pela VITEC.

Sr. d. m. João Santos – Reservando-se a entrada na Assembleia de propostas relativas a situações que ocorreram após a conferência de líderes como um clube que se sagrou campeão, alguém que faleceu ou outra situação impossível de prever, recomendaríamos que as restantes propostas fossem apresentadas a tempo de as podermos analisar e discutir sob pena de haver votações precipitadas. Corremos o risco de anarquizarmos um pouco isto quando temos conhecimento de duas propostas constantes da Ordem de Trabalhos e acabamos por votar muitas mais e de uma forma um pouco leviana, passe a expressão.

O grupo municipal do PS sugere ao grupo municipal do PSD que reserve esta recomendação para a próxima sessão porque queremos tempo e espaço para a podermos discutir e analisar e cumprimos aquilo que está determinado. Eventualmente até apoiaremos esta matéria que poderá até vir a ser aprovada por unanimidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Podemos aceitar a venda suspensa deste medicamento e trazer a receita na próxima vinda à farmácia. A intenção fica aqui transmitida visto que, o que pretendíamos era o levantamento da questão. Julgo que o senhor presidente da Câmara e a vereação terão este tema estudado na próxima sessão da Assembleia Municipal para a qual podemos adiar a votação, sendo que o objeto desta Recomendação está claramente debatido como era nossa intenção.

Sr. presidente da Mesa – Depreendo pelas suas palavras que retiram a recomendação.

A Recomendação, por decisão do grupo municipal proponente, não foi presente à Mesa para inclusão na ordem de trabalhos.

4.1 - Voto de Louvor ao Sport Club Lusitânia pela conquista do título de Campeão da 2.^a Divisão, Série Açores na época 2017/2018 na modalidade de Futsal.

Sr. d. m. Délio Borges – No passado dia 10 de fevereiro o Sport Club Lusitânia conquistou o título de vencedor da II Divisão, Série Açores da modalidade de Futsal.

«Fundado a 22 de junho de 1922 e sediado na rua da Sé, o Sport Club Lusitânia tem, ao longo destes 95 anos de história, tido um papel importante na elevação do nome da cidade de Angra do Heroísmo no panorama desportivo regional e nacional principalmente nas modalidades de Futebol, Basquetebol e mais recentemente no Futsal.

Sendo um clube com uma história gloriosa, os feitos contemporâneos não deslustram aqueles de outrora. Após a conquista na época passada do campeonato da ilha Terceira de Futsal com a conseqüente subida e estreia na II Divisão Série Açores, o Lusitânia obteve a inédita vitória do campeonato nacional da II Divisão Série Açores, modalidade de Futsal, época 2017/2018 honrando e enaltecendo a história do clube e do nosso concelho. Para atingir tal desiderato que perdurará na memória dos seus sócios e adeptos, a equipa de Futsal sénior recolheu 34 pontos em resultado de 11 vitórias, 1 empate e 2 derrotas na referida competição.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo um Voto de Louvor ao Sport Club Lusitânia reconhecendo o mérito desportivo alcançado e o papel dos verdes da rua da Sé na divulgação e elevação da cidade e do concelho de Angra do Heroísmo através das vitórias alcançadas a nível regional e nacional.

Com a aprovação do presente voto saúdam-se também os jogadores, equipa técnica e médica, dirigentes, seccionistas e adeptos pelo trabalho, empenho e dedicação revelados, pertencendo a todos eles o mérito pelas conquistas alcançadas.»

Sr. vereador Guido Teles – O Sport Club Lusitânia tem tido uma evolução muito positiva e considerável nesta modalidade de Futsal. Pelo que este título de campeão regional de Futsal representa para o concelho, para o desenvolvimento desportivo dos respetivos atletas e para o protagonismo do clube, a Câmara Municipal associa-se de bom grado a este Voto de Louvor ao Sport Club Lusitânia.

Terminadas as intervenções e após votação, o Voto de Louvor ao Sport Club Lusitânia constante do Ponto 4.1 foi aprovado por unanimidade.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h15m do dia 26 de fevereiro de 2018, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz

ANEXO

ÍNDICE DOS PONTOS DA ORDEM DO DIA:

Ponto 1.1	Pág. 02
Pontos 1.2, 1.3	Pág. 19
Ponto 1.4	Pág. 22
Ponto 1.5	Pág. 23
Pontos 1.6, 1.7	Pág. 24
Ponto 1.8	Pág. 25
Ponto 1.9	Pág. 26
Pontos 2.1, 2.2, 2.3	Pág. 27
Ponto 3.1	Pág. 29
Ponto 3.2	Pág. 30
Ponto 4.1.....	Pág. 32